



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 23 DE NOVEMBRO DE 2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Esta é a 53ª audiência Pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Declaro abertos os trabalhos desta 1ª audiência pública devolutiva do Projeto de Lei 272/15, que disciplina o parcelamento, uso e ocupação do solo do Município de São Paulo.

Com a presença dos Srs. Vereadores esta Comissão, Vereador Aurélio Miguel, Vereador Souza Santos, Vereador Dalton Silvano, Vereadora Juliana Cardoso, Vereador Nelo Rodolfo, Vereador Relator Paulo Frange e Vereador Gilson Barreto, nesta presidência.

Gostaria de convidar o Sr. Secretário Fernando de Melo Franco a participar da Mesa; Dr. Daniel, Diretor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade*, diariamente, desde 19 de novembro de 2015; foi publicada no jornal *O Estado de São Paulo* no dia 21 de novembro de 2015 e no jornal *Folha de S.Paulo* no dia 22 de novembro de 2015.

A presente audiência tem como objeto o Projeto de Lei 272/15, que trata da revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, também chamada Lei de Zoneamento e, no conjunto de regras que vão definir as atividades que podem ser instaladas nos diferentes locais da Cidade.

Foi divulgada na Rede Globo também.

Esclareço que esse projeto foi encaminhado pelo Sr. Prefeito da Cidade, nos termos do artigo 368 do Plano Diretor Estratégico, da Lei Municipal 16.050, encontrando-se em tramitação na Câmara para sua análise e debate, razão primordial desta audiência, haja vista a possibilidade de contribuição dos Municípios tendente a melhorar a formatação da norma que será votada.

Além das audiências públicas, as pessoas também poderão trazer contribuições através do Portal o hot site www.camara.sp.gov.br/zoneamento; durante a audiência, os interessados em se manifestar ou apresentar sugestão escrita deverão se cadastrar através dos computadores disponibilizados pela secretaria dos trabalhos e receber os respectivos

protocolos.

Além disso, a inscrição está aberta para manifestação verbal.

Na presente audiência será discutido, especificamente, o texto provisório de relatório com proposta de substitutivo ao Projeto.

Quero repetir: nós vamos discutir o texto provisório de relatório com proposta de substitutivo ao Projeto.

As normas de fala serão as mesmas. Depois, vamos passar ao relator que fará a exposição do relatório.

Como já mencionado, os documentos serão protocolados e, se alguém quiser encaminhar ainda algo, pode se dirigir a secretaria da Câmara Municipal na sala 213-A.

Não haverá substituição de tempo de uma pessoa para outra.

Quero registrar, também, a presença do nobre Vereador Ricardo Young.

Meus amigos, foi com grande prazer que realizamos 41 audiências públicas para debater a revisão da Lei do Zoneamento.

Não há como pensarmos numa Cidade melhor, sem submetermos essas propostas à população.

Nesse período, ouvimos comentários, reivindicações, aprimoramento e democratização desse processo.

Cerca de 7 mil pessoas participaram dessa primeira fase; 1.034 participaram com intervenções orais nas audiências públicas. Foram ainda 1.675 comunicações protocoladas nesses encontros; 1.330 intervenções foram encaminhadas à Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, pelo hot site do projeto de lei e cerca de 1.200 comunicações foram recebidas pela Secretaria da Comissão.

Foram distribuídas, nessas audiências, exemplares do projeto de lei do Executivo, material que também estava disponível na internet.

Tudo foi amplamente documentado e organizado, garantindo a transparência

necessária.

Todos os participantes tiveram a sua disposição uma ferramenta no hot site que permite a consulta do andamento de sua contribuição.

As audiências foram transcritas, com livre acesso, e todas as contribuições foram organizadas em planilhas, catalogadas e analisadas pela Comissão.

Esses cuidados são necessários na democracia. As audiências públicas não garantem que todas as visões de mundo, todas as queixas, todas as propostas, sejam atendidas de igual modo, porque estamos na cidade de São Paulo e sabemos que é impossível contemplar todo esse universo.

Muitas divergências são conciliáveis, mas uma coisa é certa: todos tiveram e terão as mesmas oportunidades.

O melhor acordo é aquele em que a coletividade sai ganhando, e essa meta tem sido perseguida desde o início pela nossa Comissão.

Tenho a certeza de uma coisa: a Comissão de Política Urbana busca o que há de melhor para o cidadão, para a Cidade e para o futuro de São Paulo.

Agora, nós entramos na fase de audiências devolutivas, que apresentarão as modificações aceitas, propostas que nasceram dessas 41 audiências públicas. Essas devolutivas serão realizadas em cada região da Cidade, zona Leste, Sul, Norte, Oeste e Central e, também, nas comunidades indígenas.

Continuamos contando com a participação de todos vocês, o que só tem sido possível desde o início graças ao nosso esforço de divulgação em vários meios, notadamente, em grandes veículos de comunicação e a presença maciça do cidadão paulistano.

O resultado, esse que estamos vendo: máxima transparência, debates de alto nível e a certeza de que estamos fazendo o melhor pela Cidade.

Inicialmente, passarei a palavra ao Sr. Secretário Fernando de Mello Franco, Da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, para que faça uma saudação aos presentes.

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Boa noite a todas e todos.

Boa noite, Vereador Gilson Barreto, na pessoa de quem saúdo os demais Vereadores presentes.

É muito bom estar aqui neste momento, para podermos avançar no processo de debate da Lei de Zoneamento, através desta devolutiva.

Do ponto de vista do Executivo, podemos dizer que acompanhamos de perto os trabalhos desta Casa, sob a responsabilidade da Comissão de Política Urbana, e podemos afirmar que esse trabalho vem sendo feito, de fato, com muito rigor e responsabilidade, por parte da Comissão de Política Urbana.

Portanto, quero cumprimentar tanto o Presidente Gilson Barreto quanto o Vereador Paulo Frange que vêm fazendo um trabalho muito consequente na relatoria.

Entendemos que vocês já tiveram acesso ao substitutivo elaborado por eles e que podemos prosseguir nesse debate para que a gente vá, pouco a pouco, mitigando eventuais dúvidas ou conflitos que possam existir, os quais são presumíveis.

O Executivo continua totalmente aberto durante todo esse processo de relatoria. Nós ainda mantivemos os nossos contatos com aqueles que nos procuraram para que a gente também pudesse, enquanto o processo perdurar, entender com maior profundidade todas as questões e demandas colocadas.

Desejo um ótimo ciclo de debates e de audiências, e que possamos aprofundar ainda mais a contento a elaboração desse projeto de lei.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Secretário.

Passo a palavra ao nobre Vereador Souza Santos, membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

O SR. SOUZA SANTOS – Sr. Presidente, obrigado.

Farei uma saudação bem rápida a todos aqueles que vêm sempre na audiência. É

um prazer receber as pessoas que vêm fazer suas reivindicações.

Quero cumprimentar o Sr. Secretário, o Daniel e todos os Srs. Vereadores presentes, assim como as pessoas que irão, certamente, ocupar esta tribuna.

Quero dizer que nós, da Comissão, temos nos debruçado em cima desse projeto e votaremos um projeto nesta Casa da forma que tem que ser votado.

A população paulistana terá uma lei a contento.

Tenho sempre falado repetidas vezes que é uma responsabilidade nós não termos tratado os senhores e as senhoras como meninos e não o são, mas com responsabilidade. Este Vereador tem cobrado do Vereador Paulo Frange, da Administração, do Prefeito e do Presidente Gilson Barreto.

E nós vamos votar uma lei com responsabilidade, e vocês podem ter certeza de que cobro que a lei tem que atender aos Municípios e não da forma que o Prefeito quer, mas como a Cidade precisa.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Informo que já vamos encerrar as inscrições.

Quero registrar a presença do Sr. Luiz Otávio da Silva, representando a Subprefeita de Pinheiros; do Sr. Pedro Cisovec; do Professor Vereador David Soares; Dr. Paulo Silva, Assessor da Vereadora Edir Sales; Sr. Marcos Correa Galhego, do gabinete do Vereador Eliseu Gabriel, que também estava por aqui.

Gostaríamos de ouvir a mensagem do nobre Vereador Aurélio Miguel? (Pausa)
Está bem.

Tem a palavra o Vereador Ricardo Young.

O SR. RICARDO YOUNG – Boa noite a todos.

De fato, estamos numa reunião extremamente importante para a Cidade. Somos testemunhas do esforço do Vereador Paulo Frange em acolher boa parte das demandas

colocadas e, neste momento, a Prefeitura está dando a devolutiva para a população.

É muito importante que estejamos atentos.

Gostaria de pedir à Comissão que possamos encaminhar esta discussão sem açodamento. Queria pedir, também, ao Sr. Secretário que possamos encaminhar essa discussão sem açodamento.

Fechamos até aqui de forma extremamente construtiva. A Comissão trabalhou muito bem, assim como a Prefeitura, todos os coletivos dos bairros e representações da população.

Mas entramos, agora, na fase de negociação, de fato, portanto, peço, mais uma vez, que a Prefeitura dê o ritmo necessário para que possamos construir coletivamente a melhor lei possível.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o nobre Vereador Dalton Silvano.

O SR. DALTON SILVANO - Boa noite a todos, Presidente, Relator, Secretário.

Na verdade, eu não esperava receber a palavra porque é comum nesta Comissão que os Vereadores tenham aberto mão de falar para termos mais tempo de a população, a comunidade, as entidades se pronunciarem.

De qualquer forma, o que me resta dizer aqui é que, na verdade, quem está ditando o ritmo das audiências públicas não é o Governo, não.

Quem está ditando as audiências públicas são os moradores, os Municípios e a própria Comissão que, dentro daquilo que é possível, está fazendo o maior número de audiências públicas para não incorrerem em erros do passado, quando não foi possível até concluirmos até o Plano Diretor por conta do açodamento.

Então, entendo que a Comissão está caminhando a passos normais, ouvindo a população e fazendo aquilo que há de melhor.

Eu, em todas as audiências públicas e pessoalmente – tenho falado com muita gente em meu gabinete – temos que procurar errar o menos possível; temos que procurar acertar o máximo possível e, é claro que cem por cento, linearmente, toda a sociedade paulistana, no uso e ocupação do solo não será atendida. Isso está claro, porque há um conflito muito grande em determinadas regiões da Cidade.

Então, nós estamos aqui para tentar buscar um ponto de equilíbrio e, quando nós votarmos, que seja a melhor lei possível para a cidade de São Paulo que certamente está sendo debatida, discutida, e nós iremos encontrar esse ponto de equilíbrio.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, nobre Vereador.

Registro a presença do Sr. Alex Nogueira, Subprefeito de Pirituba.

Muito obrigado pela presença.

Vamos ouvir a mensagem da nobre Vereadora Juliana Cardoso, membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Obrigada, Sr. Presidente.

Boa noite a todas e a todos.

Acho que hoje a gente veio mais para escutar, Presidente e Secretário, a primeira organização do plano e, dentro disso, hoje, um pouco das devolutivas, dos avanços que conseguimos ter pelo Governo. Até onde acompanhei, todas as solicitações que foram feitas foram catalogadas, pensadas e conversadas com o Governo.

Claro, o plano regional é muito complexo. Costumo dizer que a gente vai nas regiões e fica visualizando, de lupa, todos os espaços, territórios, terrenos, para conseguir ter uma devolutiva melhor. Porém, a gente não consegue atender em 100%. Gostaríamos muito disso, mas, às vezes, precisamos chegar em consenso ou alguma organização para que nenhum lado acabe sem ser atendido minimamente.

Então, desse primeiro projeto que foi publicado, teremos essa devolutiva.

Estamos pensando em votar em primeira e em segunda ainda neste ano. O período está apertado, mas, nesta semana, fará audiências públicas nas regiões para poder fazer as devolutivas, conforme foi combinado com vocês anteriormente na quarenta e tantas audiências em São Paulo.

No mais, estamos aqui para ouvir e acompanhar.

Obrigada, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Vereadora.

Algumas pessoas questionam o porquê de um pré-relatório e não já o substitutivo efetivo.

Ocorre que uma inovação da Comissão para que as pessoas possam, com esse pré-relatório, fazerem uma melhor análise; nós também analisamos onde existem erros ou algo que poderia ter sido contemplada.

É por isso que nós fizemos o pré-relatório e será aprovado. A Comissão se reuniu, definiu e, assim que tivermos um consenso e, realmente, consciência de que está totalmente completo, a Comissão irá votar o relatório.

As contribuições de vocês serão muito importantes. Vocês ainda terão um tempo para manifestações.

Cabe ao Relator Vereador Paulo Frange fazer a exposição do pré-relatório, do pré-substitutivo, apresentando aos senhores através dos meios de comunicação e todos os meios de que a Câmara dispõe.

É um projeto de lei de responsabilidade da Câmara Municipal de São Paulo.

Assim, nós temos conduzido, claro, em comum acordo com o Executivo, que tem colaborado muito, inclusive, porque foi ele quem encaminhou à Câmara esse projeto de lei, e esse entrosamento é salutar, e os 55 Vereadores é que vão dar o veredito final.

Então, nós, da Comissão, estamos apresentando aos 55 Vereadores e vamos

apresentar, também, um relatório final em breve.

Tem a palavra o Relator Vereador Paulo Frange. (Palmas)

O SR. PAULO FRANGE – Obrigado, Presidente.

Quero, na sua pessoa, Presidente Gilson Barreto, cumprimentar e agradecer a todos os Vereadores da Comissão de Política Urbana e todos os membros que participaram conosco desse processo; àqueles que participaram efetivamente de todo o processo ao longo de mais de 170 dias, desde quando chegou o projeto nesta Casa; à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, na pessoa do Sr. Fernando Mello e de todos os técnicos da Secretaria que não mediram esforços em nos auxiliar em todos os momentos, quando as discussões levam ao conflito e, naturalmente, precisa de alguém que possa nos ajudar a compreender o processo como um todo.

Também quero agradecer a todos desta Casa, à Procuradoria, Guarda Civil Metropolitana, todo o pessoal que acompanhou o processo até agora, mas, quero fazer uma agradecimento mais do que especial pela contribuição e participação da sociedade.

Foi muito importante a presença de vocês ao longo desse processo. Não faltou manifestação que contribuísse para que esse projeto estivesse aqui hoje, na condição que está.

Quando vocês virem o final, a grande parte do que está no texto é contribuição que partiu da sociedade, e este é um momento muito importante para a gente. São 6.932 pessoas que compareceram nas 41 audiências públicas; 1.034 pessoas falaram; 4.190 contribuições chegaram até a Relatoria, sendo que 1.000 contribuições vieram duplicadas. Nós percebemos que isso significa a ansiedade, que é normal, porque estamos lidando com a Cidade toda.

As contribuições, nas audiências, chegaram a ser superiores em número do que, propriamente, aquelas do hot site. Ou seja, o pessoal veio pessoalmente, protocolou na Comissão ou na sala 203 suas contribuições.

Do que veio, nós colocamos numa tabela para sabermos, exatamente, onde estão

os problemas e os conflitos.

Trinta e quatro por cento das manifestações era o conflito entre ZER e ZCor; alterações gerais no zoneamento: 20% de pessoas preocupadas com o problema da sua rua, do seu local e que não é ZER e ZCor; assuntos não pertinentes ao zoneamento: 8%, o que mostra que 92% das pessoas que participaram compreenderam o que era a Lei de Zoneamento. Esses 8% não significam que as pessoas também não compreenderam. É que, paralelamente, neste ano, a Câmara desenvolveu um trabalho nunca feito antes que é a Câmara no seu Bairro. E a participação da Câmara no seu Bairro rodando a cidade toda e a gente também acabou por, muitas vezes, fazer com que algumas pessoas fizessem manifestações na nossa audiência falando de temas que eram do Executivo. Locais de culto representou 5%; manifestações pessoais: 5% e movimento de moradia: 3%, o que mostra que o Movimento de Moradia, com tudo aquilo que foi feito no Plano Diretor tem uma grande parcela do atendimento até agora. Então, o Plano Diretor contribuiu muito com esse impacto na vida das pessoas que é a moradia. O verde: 2%; regularização fundiária: 2%.

No texto, vocês verão que uma das questões que nos chamam a atenção é logo a proteção dos bairros de baixa densidade. É um momento em que trabalhamos para que isso pudesse ser atendido, quando nos surpreendeu muito trabalho que a sociedade desenvolveu sobre esse assunto junto conosco, com a Secretaria de Planejamento, com os Vereadores, nos gabinetes. Isso trouxe um resultado positivo.

Irão encontrar no artigo 10, boa parte disso, pois, para fins de adequação urbanística, em especial, no que se refere ao uso e densidade da zona corredor, poderão incidir, também, os lotes lindeiros, as demais zonas de uso, desde que a face referida da ZCor seja a lindeira Z.

Vamos deixar isso mais fácil de ser compreendido: aqui está uma situação exatamente como é. Em amarelo, daqui para cá, é de zona residencial; e daqui para lá, uma zona mista ou zona eixo.

Passa incidir, portanto, numa situação dessa, quando é lindeira ZER e, do outro lado, é lindeiro ou zona mista ou zona centralidade ou eixo, pode o corredor incidir sobre as duas faces da rua, portanto, isso empurra os prédios para dentro desse quadrilátero, tirando aquela sensação de enclausuramento das zonas residenciais.

Isso foi um avanço, uma contribuição que veio, principalmente, de um trabalho feito pelo pessoal da Estados Unidos que contribuiu muito, especialmente, no artigo 10, no qual, em seguida, atendido na lei do projeto que está hoje publicado, aqui está uma situação que envolve a Rua Bento de Andrade, onde há um residencial de um lado; do outro, tem uma zona de centralidade, veja que o corredor acaba empurrando esses lotes para dentro, o que permite melhor conforto para o pessoal da zona residencial.

Aqui está uma outra situação, na Chiquinha Rodrigues, onde o lindeiro é no eixo, onde o corredor que está aqui acaba projetando do outro lado da zona lindeira, portanto, traz essa figura de corredor dos dois lados, criando uma transição entre a zona residencial e a zona de eixo.

Outro exemplo muito importante é a Heitor Penteado e Rua Iperó. Vocês veem onde está a zona corredor e, lindeiro a essa ZER, do outro lado é eixo, a projeção do corredor, protegendo a zona residencial.

A outra contribuição é quanto a situações de lotes que, muitas vezes, foram fundidos, lembrados, e o lote acaba saindo na parte interna do bairro.

O artigo deixou bem claro que ficou proibido o acesso pela via paralela interna à ZER, quando nós temos o caso de dois lotes com duas frentes. Portanto, tem que se escolher o local para que a frente exista, exatamente, a face da rua, onde se tem atividade comercial. Portanto, impedindo, assim, que as pessoas adentrem o bairro, mantendo uma situação de proteção à zona residencial.

A outra situação proíbe o desdobro desse lote. Isso era um perigo de quem tinha o lote na esquina, no sentido transversal, no desdobramento desse lote acabaria gerando dois ou

três lotes comerciais e tendo a invasão da área residencial pelos lotes transversais. Isso impedido, facilita a compreensão de que nós estamos tentando proteger ao máximo as zonas residências e não prejudicando a zona corredor, a zona do comércio.

Esse artigo 10 contempla grande parte do conflito e trouxe tranquilidade para quem está em ZER e para quem está na ZCor, aumentou a zona de corredor, aumentou a segurança de quem está em ZER e trouxe o equilíbrio que precisávamos encontrar.

Algumas medidas foram adotadas para tentarmos uma adequação nessa relação do uso.

A gente percebeu que não era só a situação do prédio, do corredor e tudo, mas, também a discussão do uso.

Nós aqui contemplamos só aquilo que tem 100% de concordância, tanto de quem estava em ZCor quanto de quem estava em ZER.

Quando eu digo 100% esse número não vem da minha cabeça. Nós trabalhamos com as planilhas de Excel e buscamos todas as informações, o máximo possível, para que tivéssemos uma massa de informação que nos permitisse atender a ansiedade desse pessoal.

Está no quadro 4, de uma forma mais fácil e simplificada, para que entendam.

Alguns entendimentos que foram colocados nas atividades de zona corredor. O que ficou acordado e que o pessoal não quer na região deles: abrigo, albergue, dispensário, NRU-10. No caso, de NRU-12, serviço de hospedagem, ficou excluída a possibilidade de ter flat, hotel, motel, pensionato e pensão.

Explico: se esse imóvel tem 10 metros de altura, mesmo que seja um flat ou hotel, a viabilidade econômica dele é muito difícil. Nós sabemos que termina virando de alta rotatividade, inferninho, e a comunidade não queria, insistiu muito, e nós percebemos que era um anseio tanto do pessoal de ZER, quanto do pessoal de ZCor, por isso foi acolhida essa situação. NR-27: também nos disseram que não gostariam de ter ensino preparatório para escolas, tais cursinhos, ensino supletivo e ensino à distância. Nós sabemos que isso faz com

que haja uma proliferação enorme de bares no entorno. Sou de uma época - vejam, ontem comemorei 40 anos de formado -, que, em torno das faculdades havia uma quantidade enorme de livrarias, hoje, temos uma quantidade de botecos em todas as regiões onde há ensino. E, infelizmente, desde o nível médio para cima. E isso traz muita incomidade.

Num primeiro momento, isso parece ser um tratamenteo higienista à situação. Num segundo momento, temos de compreender quem está morando lá. Então não tem uma atitude do Vereador Paulo Frange, não é uma atitude da comissão. Essa é uma atitude de respeitar um desejo que veio da própria sociedade.

Isso tudo é pré-Relatório. Nada aqui está para ficar permanentemente. Temos, agora, de refletir uma semana ou duas. Temos tempo para refletirmos juntos. De repente, pesamos muito a mão ou, de repente, não pesamos tanto. Então é importante que estejamos construindo um processo.

No mapa, vocês encontrarão mais ZER do que tinha. Uma delas é dentro da Cidade Ademar. Trata-se de uma discussão que surgiu e o pessoal insistiu muito, lá na região do jardim Prudência, que foi marcado como Zona Mista e, na verdade, o perímetro era Zona Residencial. Então retorna à situação de Zona Residencial e, da mesma forma, vale para todo mundo a regra da proporção da ZER sobre a área de eixo, também uma Zona Corredor, para que possamos descomprimir essa situação sobre a Zona Residencial.

Aqui, uma área que é bastante conhecida dos senhores: a superquadra Morumbi. Era Zona Mista e houve uma manifestação da comunidade de que desejava estar e continuar Zona Residencial. Do lado há um residencial, ela tem uma característica residencial, eles colheram assinaturas da quase totalidade das pessoas e foi transformado em Zona Residencial, com todas as características que tem lá, e ainda mantida a rua do comércio deles, que é a rua Marechal Juarez Távora como uma ZCor. Temos pessoas, aqui, que têm bastante intimidade com essa região. Portanto, ela voltou a ser Zona Residencial.

Medidas de proteção dos bairros de baixa densidade. Verão no Artigo 59, nos

casos dos terrenos – e isso surgiu para poder atender exatamente nos casos desses terrenos - , um aclave ou declive acima de 30%, identificado no mapa digital do Município, ou em levantamento topográfico testado por profissional habilitado, tudo está no Artigo 59, para tentar proteger algumas situações. Vocês entenderão melhor, ao invés de texto, ao dizermos quando levantamos o exemplo da Vila Madalena.

Para vocês entenderem melhor o que está no texto, aqui está o exemplo da Vila Madalena que tem essa zona de eixo no entorno, há áreas pintadas em ZEU, em seguida as quadras pintadas em ZEU que tem vias com largura inferior a 12 metros. As vias com largura menor do que 12 metros não vai mais recepcionar na cidade de São Paulo prédios sem limite de gabarito. Passa a ter um gabarito de 28 metros para que possamos reduzir o impacto sobre essas áreas. A Vila Madalena é uma delas. Há outras regiões assim, tais como: Sacomã, Vila Mariana, Ipiranga. Todas essas áreas terão a mesma regra, vale para todas.

Quando avançamos um pouco mais no texto, vocês vão encontrar lotes de ZEU com frente para vias de 12 metros. Todas essas áreas aqui não receberão mais prédios sem limite de gabarito.

E, quando olhamos as declividades, há essas áreas todas que estão acima dos 30%, em média, e está no texto no lei, ou seja, quando a declividade está acima de 30%, terão que ter o gabarito no limite de 28 metros e não mais o gabarito livre, como tinha anteriormente. É uma forma de proteger e, ao somarmos os lotes com ZEU, com os lotes com restrição de gabarito, observamos que é uma área consideravelmente menor do que a área anterior.

Aqui está somando, inclusive, um dos parágrafos do artigo que são as vilas que ficaram com um raio de 20 metros no entorno, onde têm de se preservar também o gabarito de 28. Protege as vilas da Cidade inteira. Portanto, isso é muito importante pois protege as pessoas que também moram nas vilas.

Somando todas essas áreas, vocês têm a redução do perímetro da ZEU na altura da Vila Madalena. Claro que é super importante termos a preservação, mas não é menos

importante que nos empenhos e continuemos adensando no entorno dessas regiões, onde há estações de trem e metrô, afinal de contas, o metrô custa 1 bilhão por quilômetro e não podemos perder a oportunidade de adensar ao longo dos eixos de transporte.

Outra situação é a das quadras que ultrapassam mais de 50% de limite de gabarito de altura permitido. Na situação anterior, quando tinha mais do que 50% da quadra utilizava, utilizava-se o gabarito do prédio mais alto da quadra. Imaginem vocês, na hora de licenciar, ficamos discutindo qual prédio o mais alto, de onde eu meço, enfim, toda aquela discussão que envolve no momento de se aprovar um projeto de um prédio que sobrou um pedaço. Grande parte desses prédios está dentro do Coeficiente de Aproveitamento 2, portanto, podemos imaginar que não são prédios sem limite de gabarito, não é ZEU. Na maior parte deles, são Zona Mista ou Zona de Centralidade.

Portanto, ficou mais fácil estabelecer de que ultrapassando 50% tem a oportunidade de se construir de forma livre e vai se buscar a altura. Essa altura, na verdade, não fica tão medida fixa e não tem de ficar referenciada a nenhum outro prédio. A altura é livre. Como o Coeficiente de Aproveitamento desse prédio é 2, ele também não vai fazer nenhum prédio com cem metros de altura, porque o terreno não permite. É o que sobra daquilo que está ocupado com 50% da quadra.

O limite de altura está descrito na lei que é a Portaria 957 de 2015, do Comaer. Desde 15 de outubro deste ano, estamos submetidos a uma portaria da Aeronáutica que mudou completamente a situação da visão que possuíamos de São Paulo com relação ao gabarito no entorno dos aeródromos. Agora passa a valer, não quando da aproximação, mas uma área de eixo interno e um raio de 4 km do entorno dos aeroportos Campo de Marte e Congonhas.

Nessa área, aqui, vejam como impacta, principalmente na zona mais distante da zona Norte, trazendo gabarito próximo a zero, ou gabarito de zero até 25 metros, interferindo na Lei de Zoneamento da cidade de São Paulo. Esse assunto está sendo estudado e tratado e

nós daremos continuidade a essa discussão.

Tenho uma opinião pessoal: acho que a portaria estabelecida para resolver uma situação de segurança aérea, de vôo, não deveria tratar do zoneamento de São Paulo no limite do gabarito. E não é essa a razão, não temos na história da Aeronáutica ninguém que saiu trombando em prédio, não é bem essa a situação, mas estamos aplicando uma regra internacional mudando o zoneamento em São Paulo. Vamos buscar uma solução técnica para isso. Passamos a estudar a partir de ontem, já começamos, então amanhã já analisaremos na comissão, uma vez que é importante essa discussão com a Aeronáutica, uma vez que estamos falando de uma cidade absolutamente consolidada.

Na realidade, nos deixou muito mais confuso agora, porque se tem o limite de gabarito e poderia construir na sombra de um raio de 150 metros do prédio mais alto, portanto, acaba por vir uma confusão enorme, deixamos de falar com o 4º Comar, vamos falar com o Serviço Regional de Proteção ao Vôo - SRPV, e São Paulo fica submetida a uma portaria, quando estamos tratando da Lei de Uso e Ocupação de Solo em todos esses debates. E ninguém, aqui, com certeza, participou de nenhuma discussão com a Aeronáutica para falar desse assunto e nem sabia, na maior parte das vezes – nem os especialistas – que estávamos agora, já, sob a vigência de uma portaria que está valendo. Ela foi publicada em 15 de julho e está valendo desde 15 de outubro.

Medidas que incentivam o adensamento com qualificação dos espaços públicos. As Zonas de Centralidade, desde o início, vêm sendo tratadas como Zona Mista da discussão do gabarito e das atividades.

Havia uma discussão que envolvia como transformar a zona de centralidade numa zona que pudesse ser mais bem utilizada, porque responde hoje por 8% do território do Município. E foi adotado um novo gabarito de 40 metros para zonas de centralidades.

Portanto, no quadro vocês vão encontrar uma diferença de 28 para 40 metros nas zonas de centralidades e continua com o mesmo coeficiente de aproveitamento. Essa frase

traduz exatamente o que gostaríamos que vocês saíssem daqui imaginando essa zona de centralidade. Adoção de 40 metros, na verdade, firma uma característica de um eixo secundário dessas vias ao redor das vias importantes de articulação viária do Município e com oferta de transporte público coletivo.

Todos vocês conhecem essas zonas de centralidade por nome. Não tenho a menor dúvida. Se vocês andarem por São Paulo vão encontrar e vamos mostrar os nomes das vias e vocês vão entender exatamente. Ficamos então com três gabaritos: 28, 40 e o gabarito da Aeronáutica.

As zonas de centralidade estão em toda a Cidade. Isso é muito importante porque tem sistema viário muito mais qualificado do que as demais zonas e tem também transporte. Vejam só, Águia de Haia, Imperador, Av. Campanela, Clélia, Guaicurus, Politécnica, Giovanni Gronchi, Nossa Senhora do Sabará, Av. Santa Catarina, Professor Abraão de Moraes, são todas avenidas que poderão agora ter prédios de 12 metros. Isso vai fazer com que haja um direcionamento para cá de atividades efetivamente comerciais, que vão buscar esses terrenos para poderem qualificar o comércio local.

Quem passa aqui pela Av. Clélia, com certeza lembra, está toda escura à noite, com os portões todos fechados, tudo pichado, tudo esquisito. A Guaicurus do mesmo jeito. Essas avenidas todas estão do mesmo jeito. Agora, temos condições de melhorar a qualidade e a utilização desse espaço público.

Fruição pública, continua o incentivo para as áreas privadas e da fachada ativa. Quanto à fruição pública as áreas não poderão ter vedação por nenhum objeto de vedação temporário ou permanente, podendo ter controle de acesso no período noturno.

Essa foi também uma demanda que veio, a sociedade se manifestou muito, a preocupação diária de fruição pública. O pessoal quer utilizar esse benefício, esse incentivo, mas tem muito medo de não poder fechar num determinado horário da noite. E nós entendemos completamente isso.

Portanto, essa também é uma contribuição da sociedade no sentido de buscar mais segurança nesse espaço. O fato de não ser vedado não nos tira a oportunidade de ter aquela visão que temos quando vemos através de treliças, grades, alguma coisa que possa manter aberto, pelo menos, para a visão.

Zona de Desenvolvimento Econômico teve também uma alteração, principalmente no que tange à Zona de Desenvolvimento Econômico 1, porque estão centralizadas na região da Sé, Vila Maria e Mooca. São essas três regiões que concentram um número grande lotes.

As zonas de desenvolvimento econômico 2 passam a ter 28 metros, como já têm na 1, para que possamos ter um gabarito só e facilitar essa situação resolvendo, inclusive, o grande problema dos galpões que muitas vezes acabam sendo utilizados como logísticas nesses espaços. São empresas de alta tecnologia que muitas vezes utilizam esses espaços e o gabarito de 20 metros foi considerado relativamente baixo.

Está é a mudança no quadro, portanto, passa a ZDE 2 e ZPI 1, também para 28 metros. Como a ZDE 2 e a ZPI 1 têm características muito parecidas nós mantivemos então 28 metros para as duas áreas.

Um lote da ZDE 1 que está concentrado na região da Vila Maria, da Sé e da Mooca, passaram de 500 para 1.000 metros. Isso foi discutido com a Secretaria, uma discussão técnica avaliando 3.000 lotes, 600, mais 6.800, mais 1.000 e poucos, num total de mais de 10.000 lotes, o desvio padrão é menor quando aplicamos em lotes de 1.000 e não de 500. Portanto, foi um ajuste muito mais técnico do que propriamente manifestação da sociedade.

Ocupação do solo, as áreas incentivadas continuam ainda permitindo que tenhamos oportunidade de continuar, em parte, com um pouco daquilo que os hospitais e as universidades tinham. Eles podiam fazer seis vezes da Cidade toda. Aqui ficaram 50% a mais apenas daquele gabarito que tem um, dois e quatro, mas para hospitais e para escolas vale a regra do eixo quando próximo a 600 metros do trem e do metrô.

Essa é a oportunidade que temos de permitir hospitais e escolas num raio de

proximidade do metrô em qualquer região da Cidade, para que possamos utilizar desse transporte público principalmente para os nossos jovens que muitas vezes só têm esse meio de transporte para chegar até lá.

No caso de hotéis ficou permitido esse aumento de 50% apenas na zona de eixo, para que não busque também ter o mesmo tipo de incentivo que tem para as outras atividades. Mas isso tudo tem de estar na macroárea metropolitana.

Um lote na cidade de São Paulo fica com a possibilidade de ser conectado através de passarela. Isso já estava no projeto original com apenas uma pequena mudança, onde ao invés de permitido ficou a palavra admitida, para que possamos ter a oportunidade de situações como essas que vocês conhecem, por exemplo, uma passarela que interliga hospital ou algum tipo de prédio.

Isso será regulamentado por decreto porque hoje é muito longa e muito difícil a aprovação de uma situação dessas. São casos excepcionais, mas não tinham legislação específica e agora passam a ser incluídos na nossa legislação de uso e ocupação do solo.

Com relação a Sapavel, atende muito uma manifestação da sociedade e do pessoal que trabalha com o Verde, em que temos maior controle social agora para ocupação de Sapavel por equipamentos públicos.

Ou seja, o texto da lei permite a inclusão no caso de se buscar uma área dessas, nós temos de ter segurança do Executivo de que aquele que está pedindo – Secretaria de Educação, de Saúde, de Esportes – terá de apresentar com segurança a inexistência de outra área pública no mesmo distrito.

Por exemplo, no Distrito de Vila Matilde encontramos uma situação que tem de passar depois por uma análise da Secretaria do Verde e tem de passar pelo Conselho Gestor de Parque ou Praça. Portanto, tem controle social.

O Vereador Ricardo Young, com certeza deve estar aplaudindo. Discutimos isso bastante com o seu gabinete e com tantos outros companheiros aqui, mas é importante que

tenhamos esse assunto hoje com a figura de controle social dessas áreas. Quando não houver Conselho Gestor tem de passar pela análise do Cades.

Parcelamento do solo tem uma mudança que envolve os lotes até 15 mil metros. Anteriormente tínhamos uma doação de 10%, hoje ficou livre até 15 mil metros, 20% quando o lote tem de 15 a 40 mil metros e os lotes com mais de 40 mil metros quadrados vão doar 40%, sendo 10% para o Verde, 5% para área institucional, 15% para viário privilegiando principalmente o pedestre e áreas sem afetação com 10%. O Município é que decide.

No caso de lote de 15 a 40 mil, os 20% é sem afetação para que o Município possa destinar área para aquilo que for de seu interesse, porque o Município sabe exatamente o que precisa naquela região.

No caso de parcelamento de solo na ZDE, a ZPDS Rural passou de ser de 15 mil o lote para 20 mil, ajustando, então, ao módulo rural que é conhecido de todos, de 20 mil metros.

Parcelamento de solo com área de potencial suspeita de contaminação, era uma as situações que a gente tinha tratado e também surgiu essa discussão, como vai parcelar o lote, tem contaminação não pode fazer nada. Eu não posso parcelar e está contaminado. Aqui ficou o seguinte: parcelamento de áreas que tenham sido classificadas como contaminadas só será permitidas mediante autorização do órgão competente. Autorizando, ele pode parcelar, para usar tem que descontaminar, mas nós temos que permitir que as pessoas possam parcelar pelo menos o lote, desde que a Secretaria do Verde ou o órgão competente possa autorizar. Enfim, as áreas computáveis teve uma diferença com relação ao projeto que chegou aqui. Era uma vez a área computável com uma vez a área não computável. Passou a ter um aumento de 15% sobre a área não computável em relação à área computável. Isso é interessante porque podemos ter mais área computável, reduz um pouco a matriz de custo das edificações e também dá um conforto na hora de se fazer o projeto e se buscar espaço, principalmente os espaços não computáveis. É uma diferença pequena, mas que atende a oportunidade de buscar facilitar essa regra e não fica descrevendo aquela montanha de nomes, do que pode

ser computável, o que não é computável. Pode fazer até 15%, se quiser usar, bem, se não quiser usar deixe aí, mas, pelo menos, fica mais fácil. Vejam que a ideia é sempre simplificar, não ficar com 500 gabaritos, discutindo nomes e números diferentes. Temos que simplificar ao máximo para que seja mais fácil de ser entendida.

Com relação ao uso do solo, uma as classificações, foram criadas duas subclassificações, subcategorias de uso específico. Uma dela é locais de culto e a outra os galpões de logísticas. Atividades relacionadas a logísticas não estão sujeitas a atendimento de lote básico de dez a quinze mil. Essa situação foi colocada aqui na primeira audiência pública quando alguém perguntou como fica galpão de logística se a gente tem que a cada vez fazer lote de 15 mil e nós temos galpão de logística em São Paulo com 200 mil metros, 300 mil metros. Hoje não faz desmembramento, não faz essa doação, não é obrigado a parcelar quartéis, aeroportos, estádio de futebol e a única exceção que entra são os galpões para logística. As subcategorias foram criadas, então, a subcategoria para locais de culto NR1.15, até cem lugares, NR1.16, no caso de armazenamento até 500 metros, NR2.12 para armazenamento de 500 até 5.000, NR2.15 para local de culto de 100 a 500, como estava antes na discussão com o tamanho do que seria o NR2, e NR3.6 para serviço com mais de 5.000 mil metros quadrados de área construída, aí sim envolve os galpões de logística. E NR3.7 são os locais de culto acima de 500 lugares, 500 pessoas. O lote máximo ficou então fora só aquela situação do enquadramento dele e os locais de culto passaram a ter uma situação em que aqueles que já estão instalados mesmo em 01, 02, Zecor 1, Zecor 2, Zecor 3, Zecor Ambiental, ZPR até o Plano Diretor ele passa a estabelecer uma regra, tem uma metodologia que tem que ser seguida para a gente buscar a regularização dessas edificações que já existem. Algumas igrejas chegaram antes dos loteamentos, outras estão lá há muito anos e nós temos uma dificuldade muito grande de encontrar uma solução para isso. Mas se encontrou uma situação com regramento próprio, que sejam obedecidos os parâmetros fixados no quadro, tem horário para funcionar, haja parecer favorável do órgão de trânsito quanto a acesso, que

sejam atendidas as normas de segurança, as formas previstas na lei ficam limitadas a incremento de apenas 5% da área construída, que geralmente são reparos que precisam ser feitos principalmente no que tange à acessibilidade. E a regularização aberta por um prazo de apenas um ano para que a gente possa colocar essas áreas dentro da regularidade. Nesses locais de culto ficou também a oportunidade de atividades auxiliares, principalmente ZNR1.2, ZNR1.3, ZNR1.5, ZNR1.6, NR1.8, 9, 10 e 11, NR1.12, são áreas sociais, principalmente educação e outras atividades que são atividades geralmente que compõem a atividade.

Por fim, o tombamento. O tombamento ficou estabelecido um prazo máximo de dois anos para que os imóveis indicados para tombamento sejam mantidos como ZEPEC. Caso não se concluam esses estudos, esses imóveis passariam à categoria de zona predominante em seu entorno imediato.

O que aconteceu em 2004: houve uma listagem muito grande dos imóveis indicados para tombamento, e o Conpresp se deu um prazo de dois anos para que pudesse atender aquela listagem e tratar de forma conclusiva todos os processos. Como não foi possível, passados 11 anos, precisamos resolver a situação daqueles que são proprietários desses imóveis.

Então acreditamos que o corpo técnico que há hoje no Conpresp é pequeno, é muito preparado, mas vamos ter de ajudar o Conpresp a resolver um problema que envolve também a parte econômica, envolve o proprietário desses imóveis.

Em dois anos, não resolvendo, temos de tirar esses imóveis da lista porque aí já vão ser 11 mais 2, 13 anos tombados.

Regulamentação CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas: ficou um prazo de 180 dias para que a gente possa ter a regulamentação do CNAE junto à lei, ou seja, a perna da lei funcionando. Não é uma missão fácil. O CNAE não é fácil de ser entendido.

Há dificuldade inclusive técnica para utilizar os códigos do CNAE junto aos códigos que temos no Município.

Direito de protocolo: não temos como deixar de ter, mas ficaram os processos de licenciamento, as atividades e os projetos de parcelamento de solo mantendo o direito de protocolo.

Com relação à Zepam, uma situação que muita gente discutiu aqui, está aí resolvida uma das situações que era uma movimentação - não os estou vendo aqui hoje -, mas o pessoal do Caxingui ganhou integralmente o Parque do Caxingui.

Aqui havia uma ZEI 5.

Aqui era uma Zona Mista, voltou a ser ZER, e o Parque Caxingui está totalmente livre... (Palmas) ... Para que possa continuar atendendo aquela população.

Esse trabalho foi feito com a Secretaria e os Vereadores da Casa participaram muito intensamente dessa discussão, alguns visitaram o local, tomaram café, comeram pão de queijo, essa comunidade acabou ficando amiga da Casa, mas conseguiu aqui resolver uma situação bastante interessante, mantidas as nascentes que estão aí.

Aqui apenas um exemplo, para encerrar, queria que vocês vissem. Muitas vezes, dá a impressão de que a gente está tratando e esquecendo-se de tratar algumas situações que são emblemáticas e importantes.

Essa última apresentação é uma situação que envolve um parque, uma área de 1 milhão de metros quadrados junto a Embu-Guaçu, ao Rio Embu-Guaçu, que hoje é um dos maiores contribuintes de água para compor a reserva da Guarapiranga.

Hoje estamos dependendo muito mais dela do que da Cantareira e esta área hoje é preciosíssima para o Município e nós transformamos o ZPDR para Zepam.

Então nós temos aí mais de 1 milhão de metros quadrados no extremo Sul da cidade de São Paulo, que pode nos proteger com essas áreas aí importantes quanto à água do Município, essa área junto ao Embu-Guaçu.

Aqui já é o Município Embu-Guaçu.

E aqui passa todo o Rio Embu-Guaçu, que é o que mais contribui hoje com a

represa Guarapiranga.

Enfim, é uma apresentação longa, a gente vai tentar simplificar isso ao máximo, mas eu precisava muito mostrar exatamente tudo isso, porque vocês contribuíram muito e eu volto a reafirmar o que nós temos desde o início: grande parte das situações que estão contempladas aqui partiu da sociedade, foram compreendidas pelos técnicos da Comissão de Política Urbana, pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, pelos membros que estão acompanhando nosso trabalho, pelos Vereadores da Comissão. Isso é importante, porque trouxe grandes avanços.

Algumas situações vocês não vão encontrar ainda. É anseio de muita hoje algumas mudanças na sua região. Ainda nos mapas: “Ah, o meu corredor não está aqui, está faltando alguma coisa”. Não é que está faltando na figura de quem não foi atendido. É que nessas áreas, principalmente naquelas em que metade quer e a outra não, preferimos deixar para que esse amadurecimento, nas próximas semanas, possa nos levar a uma possibilidade de um consenso. O que poderemos fazer para não incomodar e trazer tantos problemas aos moradores dessas regiões.

O importante é que há muito pela frente. Ninguém foi esquecido, está tudo conosco, mas muita coisa já tem consenso, estava muito próximo disso e já contemplamos no primeiro relatório.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, nobre Vereador Paulo Frange.

Registro a presença do sempre Vereador Ítalo Cardoso, Vice-Presidente da SP Turis. Muito obrigado pela presença.

Após a exposição do Sr. Relator, vamos passar a palavra aos oradores inscritos. A primeira oradora é a Sra. Sigildes Bacelar, da Associação Piratininga.

A SRA. SIGILDES BACELAR FRANCESCONI – Boa noite a todos. Muitos aqui me

conhecem, porque frequentei muito todas as reuniões realizadas na Câmara, porque compramos, aproximadamente em 2000, um loteamento e entramos com um processo na antiga Resolo, agora Sehab, que foi arquivado em 2003. Entramos com um segundo processo em 2008, que foi arquivado. Apenas depois descobrimos que não poderíamos construir nem morar – já estávamos morando -, porque aquela área era Zepam, Zona Especial de Preservação Ambiental.

Graças às reuniões da Câmara, somos ZEIS 1, N 217, e estamos aqui por indicação dos associados que me incumbiram de agradecer. Não podemos listar o nome das pessoas todas que nos ajudaram, porque foram muitas, mas principalmente tivemos o apoio de todos os Srs. Vereadores, sem exceção.

Estamos extremamente felizes porque nesta semana, depois de quase 15 anos sem água e brigando entre nós por causa de água, a Sabesp foi liberada pelo Sr. Prefeito e conseguimos fazer com que ela entrasse. Por isso estamos todos dando pulos de alegria, com muito sorriso e brilho no olhar, finalmente. Todos os moradores, quase 170 famílias, estão extremamente felizes e pediram que eu agradecesse a todos os senhores.

Os senhores, realmente, fizeram um trabalho maravilhoso.

Aproveito o momento também para agradecer a Subprefeitura de Pirituba que nos deu todo o apoio. Todos os funcionários nos consolaram muitas vezes e nos aguentou, porque torrávamos a paciência deles lá.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigada, Sra. Sigildes. Tem a palavra o Sr. Wellington de Souza, da Sociedade Amigos do Residencial Parque Continental. Em seguida, a Sra. Angela Kayat.

O SR. WELLINGTON DE SOUZA – Boa noite a todos. Primeiro queremos parabenizar essa Comissão pelo trabalho, pois sabemos que ele foi extremamente difícil. Está fantástico, porém queremos apontar uma falha que está gerando um problema sério.

As pessoas dizem que faço um discurso e que depois não o leio, fico falando. Por isso vou lê-lo na íntegra.

“Prezados Senhores, nossa intenção não é criticá-los e sim colocar a nossa visão sobre os caminhos que esse projeto pode tomar.

A Prefeitura de São Paulo não disponibilizou para os cidadãos um texto que explique aonde ela pretende instalar ZR, ZEIS e ZCor e todos os “zes” que existem nesse projeto.

No mapa, a divisa do nosso Residencial Parque Continental com o Município de Osasco, que é uma grossa linha preta, foi deslocada alguns milímetros, escondendo praças e a maior parte da ZCor que a Prefeitura pretende fazer.

O mapa é muito precário, não tem nome de ruas, é muito confuso. É impossível para o cidadão saber exatamente onde serão instaladas as ZRs, ZEISs, ZCors e todos os outros “zes”.

O texto que foi apresentado só expressa a forma como essas zonas funcionarão o que pode e o que não pode em cada zona, mas não expressa aonde elas serão instaladas.

Se apontarmos um ponto nesse mapa ninguém vai saber onde é, mas se dissermos o nome de uma rua e o número, todos vão saber se é sua casa ou não.

Nós não entendemos muito de formulação de leis, mas somos obrigados, por lei, a entender as leis formuladas. Ninguém pode alegar o desconhecimento das leis. cremos que as leis são sempre um texto e as leis estão em imagem para ilustrar esse texto. Solicitamos que o texto informando os nomes das ruas, onde serão instaladas ZRs, ZEISs, ZCors, e outros "zes", seja disponibilizado no site da Câmara para que haja um entendimento por parte dos cidadãos. Pedimos também que seja dado um tempo para que os cidadãos estudem esse texto.

Sabemos que o trabalho desta Casa, desta Comissão, principalmente do digníssimo Vereador Paulo Frange, é muito grande. Sabemos que o tempo para conclusão deste trabalho é muito curto, que muitas pessoas têm se empenhado muito para concluí-lo e

que estão tentando fazer o melhor possível. Por isso, e também para que os cidadãos possam saber antecipadamente e exatamente o que vai ser votado, é que pedimos mais tempo.

Quando existe pressa, podem existir equívocos e algumas decisões serão irreversíveis. É raríssimo um prédio ser demolido depois de ser construído, ninguém vai tirar mais um grupo de comerciantes depois de instalados legalmente numa ZCor.

Digníssimos Vereadores deem um pouco mais de tempo para o seu povo. Informem ao seu povo para que não recaia sobre os senhores o peso de um possível equívoco. Esse projeto ser enviado para votação, da forma como está, é a mesma coisa do que não dar a um réu o direito de defesa. Todos sabemos que os senhores não pensam e nem agem assim.”.

Muito obrigado. Boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Ângela Kayatt.

A SRA. ANGELA KAYATT – Boa noite a todos. Eu represento a Associação dos Moradores e Comerciantes do Planalto Paulista. É muito fácil, vocês estão levantando três faixinhas aqui, falando que querem preservar o bairro. É só andar pelo Planalto Paulista que vocês vão ver, quatro-cinco casas, 10 casas, no máximo, no bairro, que estão com essas faixinhas, dizendo que querem preservar.

Quase 99% da população, que mora no Planalto Paulista, está reivindicando o direito de poder comprar um pão, um leite, ir ao dentista, ao médico, perto da...

- Manifestação na plateia com vaias.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Pessoal, vamos respeitar a oradora. Cada um vai ter a sua vez. Por favor.

A SRA. ANGELA KAYATT – Das pessoas poderem ter a sua vida diariamente

mais simplificada.

O pouco deslocamento para conseguir suas coisas significa menor poluição, menor consumo de combustível. Se vocês querem um Planeta melhor, então vamos trabalhar perto das nossas residências.

Vamos pensar que estamos só com 21, estamos em 2015, vocês querem o quê? Vocês estão fazendo um projeto de lei para daqui a 15 anos estar em vigor. Então pensem em 2030 como que vai estar São Paulo se vocês aumentarem o número de prédios, o número de moradores; e, o comércio não estive perto de casa, como vamos comprar o pão, o leite e fazer a nossa vida? Vamos pensar como gente grande e não como pessoas ignorantes que estão pensando em passarinhos e em outras coisas.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Peço por favor que respeite o orador.

A SRA. – E pessoas que defendem o Planalto Paulista, como Meio Ambiente, eles têm postos de gasolina no bairro funcionando. É muito engraçado. Posto de gasolina não polui? Não é perigoso? Pode explodir e pegar fogo nas residências vizinhas. Os senhores não têm o mínimo de bom-senso.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra o Sr. Luca Bertolino.

O SR. LUCA BERTOLINO – Boa noite a todos! Tenho 15 anos, ou seja, ano que posso votar e por essa razão participo das melhorias no meu bairro. Moro no Planalto Paulista, na Av. Afonso Mariano Fagundes. Gostaria de fazer uma pergunta aos Srs. Vereadores, já perguntam seus filhos, netos e bisnetos o que eles querem para Cidade de São Paulo? Acredito que não! Gostaria de ter uma cidade organizada, limpa, segura, um pouco mais estruturada, com área de lazer, eventos esportivos, culturais, áreas para leitura, tudo isso próximo de minha casa. Gostaria de ter um bairro, não de mentirinha. Precisamos de um bairro sustentável., permita as pessoas se locomoverem a pé, ou de bicicleta, que não tenham que

tirar seus carros da garagem para fazer pequenos afazeres, como, por exemplo, comprar pão, remédio, entre outras coisas e com isso teremos, pelo menos três benefícios: as pessoas viveriam mais saudáveis devido aos exercícios, e no momento de crise em que vivemos teríamos dinheiro. Há quinze anos mudaram o bairro para residencial, para agradar o gosto de algumas pessoas e com isso vieram vários problemas. Casas foram abandonadas por causa da mudança do alinhamento, com a atividade do imóvel a violência e insegurança, aumentaram também. Não posso esquecer que a prostituição continua aumentando. Nos anos 80, 90, a prostituição no meu bairro, era 20% do que é hoje. Tem a 50 metros da minha casa prostituta delivery, onde o carro para, a prostituta entra faz o serviço ao ar livre, e depois o carro vai embora. Antigamente tínhamos mais comércios nesses locais, impedindo a circulação dessas pessoas da noite. Minha sugestão é que aumente o numero de Zecor no bairro, por exemplo, Av. Afonso Mariano Fagundes, Av. Ceci, e Av. Indianópolis e com isso melhoria a segurança, diminuiria os assaltos e a prostituição local, porque eles já estão nas paralelas, não apenas nas avenidas. A prostituição é das mais antigas profissões, para tentar melhorar um pouco, os senhores vereadores poderiam tentar copiar, a cidade de Amsterdã, na Holanda, estimar um local especifico para vencer essa profissão tirando das ruas, como foi feito com os camelos irregulares. Levando-os para local apropriado. Isso é apenas uma ideia. O futuro é hoje, não amanhã. Queremos a Zecor.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra a Sra. Renata D'Ângelo.

A SRA. RENATA D'ÂNGELO – Boa noite a todos. Moro na Chácara Santo Antônio, não vou repetir o que foi pedido aqui, mas gostaria de deixar uma pergunta, se esse projeto de lei, vem para preservar a Chácara Santo Antonio, ou para destruir a Chácara Santo Antonio, porque a questão do Lençol freático, como foi dito aqui, é seriíssimo, estamos com abaixo assinado pedindo a preservação do bairro, com mais de duas mil assinaturas, e percorri boa parte do bairro, e há casas rachadas no bairro todo, por conta dos prédios que já existem, que bombeiam água do lençol freático. A Chácara Santo Antonio não suporta mais prédios. Isso foi

dito aqui nas audiências públicas, foi protocolado em escritórios, infelizmente, não fomos atendidos, existem eixos em áreas onde o solo está afundando. Um terço da Chácara Santo Antonio, já foi devorada pela operação urbana, o que sobrou do nosso bairro, pedimos para seja preservado. Infelizmente, até esse momento não fomos atendidos. A população é idosa, são pessoas que construíram seus imóveis com muito trabalho, criaram seus filhos lá, não estou exagerando, não podem estar aqui por essa questão, mas que gostam de viver na Chácara, hoje temos pessoas que veem de Perdizes, que deixam prédios em Perdizes para morar em casas na Chácara Santo Antonio, porque realmente é um bairro bom de viver. Se não houver uma mudança vamos desaparecer do mapa. Vamos afundar e desaparecer do mapa. Sei que dá prédios para construir até dentro do rio com a tecnologia. Mas os imóveis em volta, é a questão, não dá para ter parede diafragma e monitoramento, porque as casas que já racharam, racharam com esse suporte todo. Então peço por gentileza aos Srs. Vereadores que defendem os eixos para que revejam os eixos da Chácara Santo Antonio, para que reveja o zoneamento todo. Não estou pedindo por uma rua, mas por um bairro. Já estive em outras audiências públicas, protocolei escritórios, esse aqui é um apelo, não vou conseguir comparecer em Santo Amaro, no dia 27 por conta dos horários da distância de trabalho, então deixo aqui meu apelo para que reveja a questão da Chácara Santo Antonio porque não é exagero. É só percorrer um bom par de tênis disposição para conversar com os moradores, vocês vão verificar que realmente existe. Existem casas rachadas por conta de prédios que foram construídos em ruas com mais de 12 metros. Por favor, Vereador, não é exagero. O abaixo assinado está aqui, pedimos a preservação para os que vão vir. Não precisamos ser discriminados, já fomos discriminados por andar de automóveis, agora vamos ser discriminados por morar em casas? Então, por gentileza olhem pela chácara Santo Antonio, é o apelo que deixo no restante do tempo para vocês pensarem porque o caso lá é sério. Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra a Sra. Isabel Marina

Istaneslau Afonso.

A SRA. ISABEL MARINA ISTANESLAU AFONSO – Já compareci a várias audiências, por isso sei que temos de começar falando o nome, para ficar registrado e trouxe hoje uma apresentação para vocês verem, já falei muitas vezes, e os senhores não estão conseguindo visualizar o que estamos pleiteando.

- Apresentação de slide.

A SRA. ISABEL MARINA ISTANESLAU AFONSO – O que estamos pleiteando é a ampliação do parque Paraisópolis. Entendemos, assim como a pessoa anterior falou, eu procurei na lei por todos os lados, não encontrei uma discricção das áreas como vinha sendo feita até então, entendo que o vale é o mapa e o mapa tem erros, que a gente que está no local, enxerga. Existe uma avenida Hebe Camargo, está implantada há vários anos. E aqui no mapa, ela não aparece. É uma avenida larga com canteiro no meio. É perimetral. Foi proposta no outro Plano Diretor e já está implantada. Fico preocupada com essa situação. Porque um mapa que não espelha realidade ele coloca todo esse trabalho que os senhores tiveram, passível de uma ação judicial impugnando todo o Plano.

Próximo.

No zoneamento de 2004, você enxerga ali, o Parque Paraisópolis classificado como Zepam, CL Zepam-01, se tornou VEER. Ele sumiu do mapa. É uma floresta. Vamos que seja um erro de mapa, estamos solicitando essa correção desde a primeira audiência. Tenho oito protocolos. E nada aconteceu. Esse é um projeto para o Parque Paraisópolis da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. O único parque que ainda faz parte dos planos da Secretaria. Toda essa parte é área de mata, é uma APP, não pode fazer nada.

É uma zona frágil, com grande peculiaridade. Aqui tem uma nascente dentro do parque e um córrego.

O SR. - Não está dando para ouvir, hem.

A SRA. - Tem uma nascente e um córrego. Nessa área, ela é de

preservação permanente. Nada pode ser feito nela.

Sobra, para os equipamentos para a população, esta área aqui, com 6 mil metros quadrados, que dá para fazer umas trilhas, uma guarita, tanque de areia e só.

Próximo.

Para quem não conhece, esta é a comunidade de Paraisópolis. Nós temos lá em cima a Giovanni Gronchi, que, embora seja chamada de avenida e permita um grande uso, ela tem 19 metros de largura.

Aqui, no canto de baixo, está o Parque Paraisópolis para atender a esta comunidade toda, que não quer um parque contemplativo como o Burle Marx, eles querem um parque com equipamentos que eles possam usar, que eles possam ir tocar violão, ter um *show*.

Então o que estamos pleiteando é que este terreno aqui, que ainda é vazio, que tem pouca vegetação e tem uma topografia plana, seja classificado como Zepam e seja incorporado ao Parque Paraisópolis para que a população de Paraisópolis e de todo o entorno - nós temos o apoio de 100% - tenham um parque que vai ter uso não local, mas metropolitano, porque aqui, neste cantinho, vai ter a Estação Paraisópolis da Linha 17 Ouro do Metrô.

Próximo.

Aqui, em planta, para vocês terem uma noção, tem a área de APP, que entendemos que tem de ser preservada, sim; a área onde cabem equipamentos; e a área que nós queremos incorporar o Parque.

Eles fazem divisa - aqui na planta não dá para ver -, mas dá para passar de um para o outro, sem nenhum problema.

Temos aqui a área de educação e a área de estação do metrô.

Próximo.

Aí eu fiz um resumo - como entreguei material de tudo isso que eu falei - para que fique registrado.

Pode passar o próximo.

Nós pedimos para o arquiteto André Graziano e ele, imediatamente, abraçou a nossa ideia e ele fez um estudo do que cabe aí para as pessoas conseguirem entender o que esse terreno soma no Parque.

Próximo.

Então aqui é o estudo. A gente tem, aqui no meio, uma grande cúpula de sustentabilidade, que teria biblioteca, cursos, escola; aqui, um auditório, um *street park* radical, quadras poliesportivas, campo de futebol, meio campo de futebol, *street basket*, quadra de areia; aqui é um local com quiosques, com churrasqueiras para as pessoas poderem usar; aqui, Anfiteatro da Figueira e coisas infantis; e aqui, onde tem a nascente, uma trilha suspensa para não agredir o solo, para as pessoas poderem conhecer uma nascente e se afeiçoar à preservação; e, aqui no final, uma área para o curso de jardinagem, que é um pleito da comunidade de Paraisópolis desde 2002.

Próximo.

- Aplausos na galeria.

A SRA. - Eu já falei, o resto é só mostrar o projeto e mostrar quem apoia.

Posso continuar? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Brasil Laerte, Confederação São Paulo, Trabalho, Empreendedorismo.

O SR. LAÉRCIO BRASIL - Sou Presidente da Confederação Sustentabilidade do Trabalho e Empreendedorismo da Cidade e do Estado de São Paulo, que é a Confer (?) São Paulo, Trabalho e Empreendedorismo, Presidente Mundial da Global da União Cosmos Sustentabilidade das Nações Trabalhistas e Empreendedoras das Cidades.

Primeiramente aqui, eu observei a apresentação do Vereador Relator Paulo Frange.

O SR. LAERTE BRASIL – Paulo Frange? Mas ele não falou das quotas ambientais. Não sei se foram tiradas ou se ainda (ininteligível) na lei.

Nós propusemos também uma audiência pública exclusiva (ininteligível) dois aeroportos do Campo de Marte, Congonhas e está em proposta, em construção, lá em Parelheiros.

Eu acho que é possível fazer mais uma audiência pública, para a gente discutir a Lei de Zoneamento e Ocupação de Solo.

Quanto às outras ações que nós apresentamos também para a audiência pública, as telecomunicações, a telefonia é uma dimensão global de sustentabilidade, tanto econômica e de geração de empregos; e também é o Natal(?) da imunidade do poder da terra. Uma audiência pública, no Senado da República, quando o nosso Presidente Lula estava (ininteligível) na Presidência da República, nós apresentamos uma tese, porque atrás, a antena de sinais das quatro operadoras de telefonia móvel no Brasil tem muitas dificuldades de instalação, por meio de outra lei de zoneamento e também de áreas. Nós fizemos um estudo, que essas antenas geram danos à saúde da população, inclusive câncer. Apresentamos uma tese que foi regulamentada pelo Governo Federal, a instalação de miniantenas de telefones celulares, igualmente às antenas *hi-fi*. Aí vai revolucionar o sistema de telefonia móvel naquele país. (Palmas) Nesta Casa, aqui tramita um projeto de lei para regulamentar (ininteligível)

Eu gostaria de saber do Sr. Presidente se cabe uma audiência pública.

Será possível (ininteligível) um certificado de participação para todos que participaram dessas maravilhas da lei de zoneamento na cidade de São Paulo?

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado pela contribuição.

Por solicitação e entendimento com os órgãos competentes, vamos retomar as audiências a partir do dia 28, para dar mais tempo de as pessoas manifestarem-se. No final, a gente vai dar as datas.

Tem a palavra o Sr. José Caio.

O SR. JOSÉ CAIO – Sr. Presidente e demais membros da mesa, em especial da

CPU. Apesar da fala inicial do Vereador Paulo Frange, a respeito dos números, quatro e mil e tantas reivindicações, eu tenho certeza de que não haveria mais necessidade de vir a este púlpito aqui e reapresentar o mesmo pleito, pois já fiz isso incontáveis vezes nos últimos dez meses, se o tão famigerado processo de participação popular fosse levado à risca, como anunciado. (Palmas)

Por outro lado, esse processo proporcionou-me conhecer muitas pessoas interessantes, vindas de bairros diferentes, com dores muito semelhantes as minhas, Pude também conhecer o trabalho dos Srs. Vereadores e, com isso, definir o meu voto, baseando-me na competência percebida e não mais na necessidade de fazer um favor a algum amigo. Com base nesse conceito, é importante realçar que foram incontáveis as apresentações detalhadas dos nossos pleitos que fizemos a V.Exas., bem como aos membros do Poder Executivo. Com a mesma adrenalina, suor e técnica, expusemos os problemas e as soluções apresentadas para cada um desses pleitos. Não é nada relevante saber se eu represento uma ZER ou uma ZCor, mas sim querer entender se a proposta que eu trago tem o propósito de melhorar os atuais níveis de incomodidade daqueles que representamos.

Na reunião ordinária de apresentação do pré-relatório, o Vereador Paulo Frange cita que vários dos pleitos formulados têm conteúdo absolutamente técnico e perfeito e que nada praticamente precisaria ser feito, mas apesar incorporá-los à devolutiva. O projeto da alça de acesso da Prof. Alcebíades Delamare, na Cidade Jardim, com certeza, é um desses casos, onde não há uma oposição, mas sim um único pleito que incorpora as solicitações de boa parte dos moradores, e, mesmo assim, não fomos contemplados.

Por que, após tantos meses de dedicação e trabalho, me deparo com uma resposta que contempla o mapa, continua errado e não atende ao nosso pleito? Se é tão absurda e ridícula a nossa reivindicação, por que, ao longo desses meses, não recebemos algum tipo de resposta? Pelo contrário, recebemos vários acenos informais de aceite da mesma pelo Legislativo e pelo Executivo. Será que a CPU precisa de mais tempo para discutir a viabilidade

do pleito, levando em conta fatores que nós não temos conhecimento? Como pode existir um ambiente de participação popular, se o processo tem sido mudo e, por fim, com uma posição absolutamente unilateral, que foi esse documento? (Palmas)

Acreditam os senhores que o fato de estarmos ocupando a tribuna ou os seus gabinetes ou mesmo protocolando pleitos tem nos ajudado a abaixar a ansiedade sobre o resultado? A participação popular só será efetiva se recebermos respostas diretas, para que possamos chegar ao momento da publicação do substitutivo, sem nenhuma dúvida, sobre o resultado final, seja ele para melhor ou para pior.

Por fim, Srs. Vereadores, eu quero o direito de discutir, com a CPU, as razões de não ter sido contemplado e não apenas receber, de forma unilateral e extemporânea, uma resposta negativa, sem qualquer consideração ao tão anunciado PPP, Processo de Participação Popular.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Ana Paula Castro.

A SRA. ANA PAULA CASTRO – Boa noite a todos, meus amigos e vizinhos que são da SAAP(?). Nós, na verdade, lutamos pelas mesmas coisas, como eu venho falando sempre. Eu vou mostrar para vocês um vídeo e não vou comentar muito não. Eu vou mostrar apenas duas ruas, a Avenida (ininteligível) Esse é um bairro ZER. Olhem que ZER maravilhosa. Junto com isso, eu vou mostrar o quanto nós estamos degradados, Nós já fomos uma zona mista. Não estou pedindo uma zona mista de volta, mesmo porque eu amo morar numa ZER. Eu acho que nós podemos viver numa ZER com ZCor. É o mínimo. Eu não vou ficar falando para vocês que eu quero uma farmácia ao lado, que eu quero um supermercado. Isso é óbvio. Eu quero o melhor para o meu bairro.

Eu acho que hoje, mais do que nunca, todo mundo quer poder caminhar e que seus filhos possam utilizar uma academia ao lado das suas casas e que vocês mesmos possam utilizar uma livraria. Há muitos serviços que não vão incomodar a gente. Todos os dias que eu

venho a esta Casa, sou muito bem recebida por todos vocês que estão aqui e os demais que hoje não estão. Em geral, eu posso dizer que o trabalho de vocês é sério. Eu acredito que vocês não vão permitir que essa ZER tão maravilhosa - nós estamos no Planalto, mas que nem sempre foi ZER. Prestem atenção. Nós já fomos uma zona mista.

O meu sogro veio da Itália. E, se vocês olharem a configuração dessas casas, a maioria tem dentro o comércio – em cima, é a casinha; embaixo, o local destinado ao trabalho. E o que eles vão fazer? Olha, essa minha rua é de interligação. O que essa pessoa vai fazer, coitada, com a casa dela em cima, que embaixo não pode fazer nada? Isso tudo está abandonado, degradado.

O que eu quero que vocês entendam é que nós não queremos prédio, não queremos hotéis, não queremos nada que venha incomodá-los, porque eu também moro lá. Não falo isso somente como comerciante, porque eu moro lá. Eu moro lá há 22 anos. Quero criar meus netos lá. Mas, para isso, a gente tem que ter o mínimo necessário.

Acho que vocês, Vereadores, podem fazer essa mudança, e o trabalho em conjunto. Porque eu estou falando em nome de muita gente que quer essa mudança. Eu não estou pedindo pela rua de vocês. É legítimo. Eu estou pedindo pela minha rua.

Quem aqui de vocês mora na Afonso Mariano Fagundes? (Pausa) Quem aqui de vocês mora na Av. Ceci? Então não é legítimo que eu peça para que a gente possa ter um pouco de luminosidade à noite? E tem mais: o nosso bairro é muito comercial, só que o comercial do sexo. Vamos acabar com isso. Ele tem que voltar a ser vivo. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Tem a palavra o Sr. Carlos Takashi.

O SR. CARLOS TAKASHI MIZUMOTO – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, autoridades presentes, meu boa noite.

Meu nome é Carlos Takashi Mizumoto, sou comerciante e morador do bairro do Planalto Paulista, e venho fazer um pedido a V.Exas.

Quero pedir a vocês que façam uso de seus poderes com serenidade, com inteligência e com sabedoria para a condução de seus trabalhos finais.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - Tem a palavra o Sr. Cláudio Buratinni.

O SR. CLÁUDIO BURATINNI – Boa noite, senhoras e senhores.

Meu nome é Cláudio, falo em nome do Parque Continental, na zona Oeste de São

Paulo.

Há 30 anos, trabalho, voto, pago impostos e gero renda nesta cidade. Preciso de tranquilidade para continuar a fazê-lo. Desde janeiro, com sacrifício pessoal e de minha família, acompanho sempre que posso essas audiências.

No meu bairro, até hoje, sempre que eu escutei foi “eu quero o meu bairro de volta”, “Eu quero ZER”. Todos os moradores com os quais eu converso falam “Eu quero ZER”. Não escuto nenhuma opinião contrária, nenhuma voz contrária. No nosso caso, existe consenso.

Estive reunido com o Vereador Paulo Frange, e apresentei o pleito de nosso bairro, e mostrei os problemas com essa nova lei. O mapa foi publicado, e nada mudou. Nada mudou! Até a escola estadual, o clube, o posto policial estão classificados erradamente. Então me pergunto: se a vontade do povo não se observa, temos de fato uma democracia, ou os interesses que valem são outros, ou dos outros, ou para os outros? Nesse caso, falha a democracia, mas falha também a república.

Não escutei, desde janeiro, nenhuma voz concordando com a lei proposta para o meu bairro. Mas a lei não mudou. E eu pergunto: “Por quê?” Diversas outras associações de moradores dizem o mesmo. Por quê?

O Vereador Gilson Barreto, numa das primeiras audiências, disse em bom tom: “Não há pressa; e acontecerão tantas audiências quantas forem necessárias”. Eu e mais dezenas de outras associações de moradores, junto com representantes municipais democraticamente eleitos, tentamos durante as últimas semanas entender o que aconteceu e conversar. Não somos recebidos pelo Vereador Paulo Frange e nem pelo Vereador Gilson Barreto. Onde está a democracia? Onde está a gestão participativa? Onde está a verdade?

A Câmara, que é formada por profissionais, e tem o seu corpo técnico exclusivo, está com esse processo há seis meses. Nós, os cidadãos, temos quatro dias úteis para entender essa legislação complexa, um mapa confuso e a ausência de diálogo.

Nós exigimos mais audiências para discutir essa lei, bairro a bairro, e para que possamos confrontar os antagonismos, com uma mediação justa e isenta, para chegar a um bem comum. A forma como está sendo conduzida, é uma violência ao cidadão contribuinte, à legalidade e ao futuro da minha cidade.

Deixo aqui registrado o meu protesto e o meu desejo para a recondução desse processo a um bom caminho.

Muito obrigado. (Palmas)

P – Tem a palavra o Sr. Marcelo Kneese.

O SR. MARCELO KNEESE – Boa noite a todos. Aqui quem fala é o Marcelo Kneese, representando o SOS Mais Bairros Verdes – SOS Rua Estados Unidos.

Estamos aqui agora recebendo esse substitutivo. Tenho que agradecer ao Dr. Paulo Frange, pela abertura, pela chance que tivemos de interagir, de mostrar os nossos pontos. Também aqui o Daniel Montandon.

Vimos, de fato, algumas mudanças importantes. É interessante quando ouvimos um pouco sobre São Paulo. A gente vê essa questão de ZER e ZCOR o tempo todo. É exatamente a nossa questão. Só que cada região de São Paulo tem a sua característica.

O nosso bairro tem mais de 100 anos. Quando a gente fala em colocar mais comércio na Rua Estados Unidos, a gente não pode esquecer que, há dois quarteirões, tem a Oscar Freire, a Lorena, a Rua Augusta, a Pamplona. Eu posso comprar e vou comprar todos os dias. A farmácia fica a um quarteirão; a padaria fica a dois. Tenho oito restaurantes no meu entorno. Eu ando para as coisas. Eu não compro em shopping center. Eu compro na Oscar Freire, como todos os meus vizinhos.

Algumas questões técnicas foram parcialmente atendidas, mas a gente tem uma questão muito, muito, muito importante para nós, central, referente aos usos, que não estão bem atendidos, estão absolutamente flexíveis, numa região que já é mista por excelência. Talvez nenhum outro bairro da cidade de São Paulo seja tão misto quanto Cerqueira César, com 270 mil pessoas. E nós todos, enfim, outras associações parceiras nossas estão pedindo em Uníssonos dado que nós já somos tão mistos, nós não precisamos de mais concentração num dos bairros mais concentrados da Cidade. As pessoas vão ter que andar, podem andar de bicicleta, podem andar a pé, mesmo as pessoas que estão no meio dos jardins elas tem de pegar o carro e andar 500 metros para chegar às vezes nas lojas. Tem shopping center aqui do lado e é para o outro lado. A gente não precisa de mais nada. Então, ZECOR 1 é a nossa recomendação, o nosso pedido. É importante aqui, como talvez a nossa principal discussão dessa nossa próxima fase que vamos ter aqui. Vamos continuar tentando interagir com os senhores levando a nossa opinião técnica, legal, ambientalista, urbanística como nós fizemos esse tempo todo e tentando demonstrar também em cima de alguns estudos de impacto de trânsito, que são tão importantes para a gente discutir.

Em comodidade eu tenho que negociar com três vallet services todas as noites

para entrar ou sair da minha casa. Chega. Já é de mais. Precisamos realmente tentar descentralizar aqui a Cidade. Isso é muito importante, mas de qualquer jeito, queremos agradecer por essa primeira rodada que tivemos, mas precisamos de mais tempo. Essas últimas reclamações que foram feitas aqui são absolutamente justas. Esse tema é muito complexo. O mapa tem várias inconsistências, precisamos realmente ir com cuidado porque uma vez que isso passa e vá, de fato, para a votação na Câmara é em cima disso que vai ser votado, então, precisamos ter esse tempo para adequar, da tempo para todos lerem e votarem com suas opiniões e fazer essa última revisão desse texto. Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Nelson Cortez Duarte, da Associação dos Proprietários da Avenida Morumbi.

O SR. NELSON CORTEZ DUARTE – Boa noite Srs. Vereadores, boa noite meus amigos, senhoras e senhores. Aqui é mais ou menos David contra Goliás porque nós pretendemos transformar um pequeno trecho da Av. Morumbi, que vai da casa da fazenda até a Oscar Americano e zona de comércio. Quero falar duas palavras sobre o que é o Morumbi. Todo mundo diz que quem mora no Morumbi é milionário, tem dinheiro, tem tudo. Não é verdade. O Morumbi foi um loteamento com duas grandes partes: uma inferior, plana e a parte superior com um declive de 30 metros, o que tornou a construção daquela zona muito difícil. Por isso hoje nós temos em dez quadras 26 imóveis dos quais 90% estão abandonados e a disposição dos ladrões.

Isso é verdade, à disposição dos ladrões. Aqui temos pessoas que foram assaltadas várias vezes. Eu fui assaltado segunda-feira, perdi uma série de coisas. Nós não temos esgoto na Av. Morumbi. O esgoto não é público, é o esgoto que ou as pessoas clandestinamente jogam nas águas pluviais ou então como eu faz uma poça de 30 metros que é para durar dez anos. O que acontece? As instâncias de onde estamos para o SUS que é o mais próximo. Vocês vão dizer que quem mora no Morumbi não frequenta SUS. Isso não é verdade. Eu moro no Morumbi e só vou ao SUS porque o que eu recebo de pensão não dá

nem para...principalmente nesses dias, não dá nem para a gente fazer supermercado e voltar com o mínimo necessário para cada 15 dias, não vou nem dizer um mês mais. A dez quadras você tem uma padaria, outras dez quadras você tem farmácias. Então, é uma situação realmente triste para as pessoas que vivem naquela região e que são poucas hoje, das quais eu me incluo.

Transporte então, nem se fale, são duas companhias e uma são as peruas de Paraisópolis, que é como se fosse um filme Missão Impossível para andar em cada uma delas, pois estão sempre com uma lotação vezes três. Enfim, as dificuldades que temos não são proporcionais ao que pagamos de IPTU e ao que nós somos. Eu sei que cada qual aqui tem seus problemas, às vezes muito maiores que o nosso, e pretendemos muito pouco; mas esse muito pouco faz parte do grande, e nós, como cidadãos que pagamos os impostos, que vivemos em São Paulo, deveríamos ter o direito de ter mantidas e conservadas essas mesmas prioridades que quase todos os presentes aqui desejam. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Como alguns já perguntaram, quero dizer que as audiências públicas foram modificadas a pedido e em entendimento com os órgãos competentes. Então, vamos ter sábado, dia 28, audiência pública na zona Oeste e na zona Norte; em 1/12, na zona Sul; em 2/12, na zona Oeste e na região Centro; e dia 11/12, uma geral.

Tem a palavra a Sra. Renata Noronha.

A SRA. RENATA NORONHA – Boa noite a todos. Faço parte do Movimento Mais Bairros Verdes - SOS Rua Estados Unidos, que é um movimento independente que começou junto com o encaminhamento da minuta do PL, no dia 31 de março. Desde lá, conseguimos mobilizar 11 mil pessoas em Cerqueira Cesar e Jardins. São 11 mil assinaturas físicas e 2,5 mil assinaturas eletrônicas.

Eu gostaria de começar agradecendo ao Executivo. O Daniel Montandon teve que se ausentar; mesmo assim, em sua figura e como representante do Secretário Fernando de

Mello Franco nesta reunião, eu cumprimento todos os Vereadores e demais presentes.

Falamos ao todo com 44 Vereadores e, naturalmente, com o Vereador Paulo Frange, que nos recebeu por diversas vezes e para quem pudemos explicar o nosso pleito, que foi embasado em laudos técnicos elaborados pela urbanista Regina Monteiro, pelo advogado urbanista membro do Conpresp Marcelo Manhães, pelo engenheiro da CET Sr. Flaminio Fishman. Tivemos, assim, uma assessoria técnica que elaborou nosso pleito, que foi parcialmente atendido. Então, quero começar agradecendo a todos com quem estivemos oportunidade de estar juntos. Nosso pleito foi atendido no que tange à utilização da ZCor – e, como o Vereador Paulo Frange colocou, ele também foi expandido para outras regiões da Cidade – como zona de transição. No entanto, nosso pleito, como comentou o Marcelo Nisi (?), é um pleito regional, específico do nosso bairro. A gente sempre quis preservar o nosso bairro, que é um bairro antigo, consolidado, em que uma Zona Mista altamente diversificada e adensada convive muito bem com uma Zona Estritamente Residencial. Nosso pleito era de uma faixa de 40 metros, mas que foi adaptado para os lotes. Então, houve contemplado o lote lindeiro, mas nós gostaríamos também, em casos específicos, como já apresentamos, que a ZCor incluísse o lindeiro do lindeiro nos lotes mais estreitos. Esse é o pleito de ocupação parcial, que não foi atendido.

E o nosso pleito de usos não foi atendido. Como o Marcelo colocou, na meia quadra da Estados Unidos temos absolutamente toda gama de serviços e comércios que vocês podem imaginar. A Rua Estados Unidos sempre serviu como uma região de transição: um bairro tombado, residencial, unifamiliar, para uma zona densa, mista, até certo ponto agitada. A Estados Unidos serve para amortecer usos e ocupação. Ela é uma região muito preservada, não está degradada. Oitenta e 8 por cento dos usos atuais na Estados Unidos estão incluídos em ZCL Z2, que é uma categoria mais restritiva do que a ZCor 1. Então, se a gente conseguir ser atendido no pleito de ZCor 1, a gente provavelmente vai estar já enquadrando mais de 90% dos usos atuais da rua.

Então, por favor, Vereadores, a gente pede à SMDU. Danilo, eu já agradeço a você, você não estava aqui, mas a gente gostaria que vocês atendessem ao nosso pleito de ZCor 1. Muito obrigada a todos. Boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Próximo orador, Fábio Araújo Pereira.

O SR. FÁBIO ARAÚJO PEREIRA – Boa noite a todos. Moro na área da Subprefeitura Penha, Arthur Alvim, Jardim Nordeste. Saindo um pouco da questão ZCor, a gente está já há um bom tempo. O Daniel não aguenta mais me ouvir. Nosso amigo de Suzano também, ele não aguenta mais me ouvir a respeito disso. Basicamente, o que está havendo é a velha questão do mapa e da realidade. A Prefeitura está colocando áreas de ZEIS e Zonas Mistas de Interesse Social que não têm essas características. Aliás, quero parabenizar o Vereador relator, cujos vídeos na internet, na Câmara Municipal, foram bem esclarecedores. Pegando o que ele explica sobre a característica de cada área e transpondo isso para o mapa que veio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – e isso continua em algumas áreas no substitutivo -, a gente vê está totalmente divorciado da realidade. Colocam área de ZEIS 1, que seria favela, em área onde tem loteamento regular desde 1977, onde há gente morando, inclusive subvertendo totalmente aquela premissa que foi colocada nas apresentações da Prefeitura de que temos 146 quilômetros quadrados para construção ZEIS, o que não é verdade, porque para se construir ZEIS ou fazer habitação popular, precisaria tirar pessoas do local.

Temos que dizer também que o processo até andou um pouco. Pelo menos do nosso lado a gente se mostrou, porque, num primeiro momento, havia aquela coisa: “Não, você não quer ZEIS, você é rico, você não quer pobre perto de você”. Muito pelo contrário: ninguém é contra Habitação de Interesse Social. Queremos que sejam colocadas as habitações onde há área vazia, estacionamentos abertos.

Houve também uma diretriz em conversas extraoficiais com a própria Prefeitura, que disse o seguinte: “Para você tirar uma área de ZEIS, você tem que indicar outra área para

se fazer a permuta”. Foi justamente o que fizemos. O pessoal do Jardim Nordeste, nós moradores saímos por aí. Passei um final de semana e varei noites em Google Maps, batendo o mapa da proposta com o Google Maps e tentando achar essas áreas. Achamos 29 áreas e as encaminhamos. Qual não foi nossa surpresa quando, ao chegar o substitutivo, fomos fazer a comparação e percebemos que eles utilizaram as nossas áreas. Muitas áreas que eram estacionamentos e terrenos baldios eles colocam como Z2. Perguntem se eles trocaram a nossa área que está errada. Eles não fizeram isso, e é o que eu estou cobrando agora. Isso está muito estranho, muito esquisito. A gente está fazendo o nosso trabalho e não estamos tendo retorno.

Quero fazer uma pequena ponderação. Hoje o relator esteve na FIESP falando sobre segurança jurídica, sobre o fato de que as nossas incorporadoras estão travadas. Se elas precisam de segurança jurídica, imaginem eu, que comprei o terreno. Minha mãe está ali na plateia; ela construiu, encheu laje de final de semana. (Palmas) E a segurança jurídica para nós?

Um último ponto. Tentamos por mais de 20 vezes marcar com o senhor, relator. A gente veio inclusive ao seu gabinete, mas o senhor estava ocupado. Fica muito complicado a gente ficar esperando um retorno do senhor para marcarmos um horário e virmos explicar direitinho tudo isso; aí, abrimos o jornal e lá está alguém de alguma sociedade de amigos de bairro de área mais abastada da Cidade falando: “Fomos à audiência pública e depois marcamos um cafezinho”. Então, se o senhor marcou um cafezinho com ele, eu vou trazer uma garrafinha d’água para tomarmos e resolvermos isso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Próximo orador, Pedro Francisco. Fábio, você tem toda a razão. Estive em sua região e vamos brigar para que aconteça. (Palmas)

Tem a palavra o Sr. Pedro Francisco.

O SR. PEDRO FRANCISCO – Boa noite a todos.

Represento o gabinete do nobre Vereador David Soares e trago a seguinte proposta: inclusão no PL 272/15, de artigos que regulamentem a aplicabilidade dos artigos 362,

363 e 364 da Lei nº 16.050 - Plano Diretor. São artigos que se referem ao Mapa 11 – Perímetros de Incentivo - da Lei do Plano Diretor, perímetros de Jacu-Pêssego e Avenida Cupecê, inclusive colocação de notas esclarecedoras dos quadros, em especial o quadro 3 do Plano de Zoneamento – PL 272.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Cláudio Lima.

O SR. CLÁUDIO LIMA – Boa noite a todos.

Represento a Votorantim Industrial. Embora já tenha tido oportunidade de apresentar o tema anteriormente ao nobre Vereador Paulo Frange e também ao Sr. Secretário Fernando de Mello Franco, que tiveram a gentileza de nos receber, bem como de solicitar, de formalizar em nossa subestação o nosso requerimento por escrito, vim apenas enfatizar a necessidade de alterar o zoneamento do imóvel situado na Avenida Manuel Bandeira, nº 540, Subprefeitura da Lapa. Este imóvel foi incluído erroneamente como parte de uma ZOE – ZOE do Ceagesp, quando, a rigor, nos parece que o imóvel deveria ser uma Zona Mista, como são os seus demais vizinhos.

Sabemos que ainda não foi possível retificar o mapa, como já foi antecipado pelo gabinete do nobre Vereador Paulo Frange. De toda forma, fica aqui o reforço ao pedido feito anteriormente.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Francine.

A SRA. FRANCINE – Boa noite.

Sou moradora do Jardim Marajoara. Sou Arquiteta e Urbanista. Gostaria de agradecer pela abertura que tivemos, pela possibilidade que tivemos de discutir e expor um problema que temos com a borda de bairro, que hoje se encontra em estado de degradação, e conseguimos ter nosso pleito atendido. Gostaria de agradecer e reforçar para que continuássemos com essa condição.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Carlos Augusto.

O SR. CARLOS AUGUSTO – Boa noite.

Agradeço por todo empenho dos Srs. Vereadores, que ficaram por horas a fio para atender toda essa população.

Venho para falar sobre o Campo Belo, região já consolidada como zoneamento

misto, atendendo a população da região e os critérios técnicos que foram estabelecidos para a área. Então, nesse ponto, agradeço de a minuta ter sido mantida.

Por outro lado, a minha sogra tem uma residência em uma rua que fica em uma região próxima ao Butantã, local chamado Jardim Peri-Peri. É uma rua paralela à Rodovia Raposo Tavares. No local há quatro motéis, duas escolas, uma academia de natação, uma rádio, escritórios de advocacia, *buffet* infantil. Ou seja, a rua inteira é dotada de comércios de todo o tipo. Existem somente duas residências: a da minha sogra e a do vizinho dela. Já coloquei, para os Srs. Vereadores, o pleito para alterar aquela rua, de ZCorr-1 para ZCorr-3 ou, no mínimo, ZCorr-2, porque não há a menor lógica de uma rua como essa, com todos esses comércios que citei, ficar mantida como ZCorr-1. Está bastante descaracterizada aquela rua como ZCorr-1. A minha preocupação é que as únicas duas residências, que lá existem, sejam prejudicadas porque, se eventualmente, os dois moradores quiserem utilizar qualquer uma das atividades existentes naquele local, eles estarão coibidos, em detrimento ao benefício dos demais imóveis daquela região. O nobre Vereador Aurélio Miguel deve conhecer bem aquela região.

Enfim, peço a V.Exas., por favor, para que pensem bem nesse pleito, que não é despropositado.

Ainda, devo dizer que os motéis não atrapalham os moradores da rua. Pelo contrário. Eles causaram absoluta segurança à rua. Portanto, nem sempre o comércio atrapalha. Ele protege.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA – Boa noite.

A Jacarezinho não poder ZER. O Shopping Iguatemi comprou dois ou quatro terrenos, do lado ímpar, e demoliu as casas existentes ali. O Shopping Iguatemi vai construir lojas, bares e restaurantes. O lado direito disso ficará virado para o Shopping. A Rua Jacarezinho ficará com barulho, poluição.

Enfim, reiterando: os terrenos estão na Rua Jacarezinho – rua estritamente residencial. O primeiro quarteirão da Jacarezinho é de prédios gigantescos dos dois lados. As quadras seguintes da Jacarezinho têm Zona Azul e flanelinhas. Quer dizer, a Prefeitura instala e explora o comércio em Zona Estritamente Residencial!

Nos quatro últimos lotes da Jacarezinho, lado ímpar, funciona um imenso

estacionamento: atividade comercial. O Consulado Geral da Alemanha situa-se na Jacarezinho com a Faria Lima. Antes, onde havia uma ou duas casas, hoje há condomínios com um amontoado de casas.

Paralela à Jacarezinho, tem a Gabriel Monteiro da Silva, que é um corredor. Ou seja, a Jacarezinho, que é uma Zona Estritamente Residencial, fica espremida entre a Faria Lima, a Marginal Pinheiros, o Clube Hebraica, o Clube Pinheiros, o Shopping Iguatemi. É uma situação absurda!

A Jacarezinho precisa voltar a ser uma ZPR, como nas primeiras minutas da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, ou, então, ZCorr-1 ou ZCorr-2, exatamente a mesma classificação que foi dada para a Gabriel Monteiro da Silva, na parte de baixo, entre a Faria Lima e a Marginal. Nesse caso, não se trata de saber o que a maioria quer, tampouco os paulistanos de maneira geral, mas considerar o que está acontecendo no bairro. Agora, há alternativa: fechar definitivamente o estacionamento da Jacarezinho, o que levaria o caos à região, e principalmente proibir o shopping de edificar um metro quadrado nos terrenos que compõem o Jacarezinho, ou seja, que o shopping não possa construir um metro quadrado naqueles terrenos se não for mudado para zona comercial, zona corredor.

Eu sugiro que o Jacarezinho passe a ter a mesma classificação da Gabriel Monteiro da Silva daquele trecho. Caso fique como zona residencial, o estacionamento deve ser fechado imediatamente, e que o shopping fique proibido de edificar um único metro quadrado nesses terrenos.

Uma alternativa também seria o shopping fazer, nesses terrenos, praças que ficassem abertas para a Jacarezinho, que é onde esses terrenos estão efetivamente registrados. Agora, do jeito que está, me desculpem, mas não pode continuar em hipóteses alguma, não tem o menor sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Paulo Rodrigues.

O SR. PAULO RODRIGUES – Boa noite. Sou um ambientalista morador de Perus e vim aqui também para defender a questão das indústrias. Falam que tem uma contradição, mas não, porque na minha região foi traçado tudo em 1972 como zona ambiental, Zepam. Vão

lá ver agora o que aconteceu, porque Zepam sozinha não sobrevive. Se separar uma área e falar que é lei de proteção, ocorre como no Amazonas, vão comendo pelas beiradas, porque onde se mantém uma grande horda de gente miserável, que não tem dinheiro, que está sem nada, essa gente acaba invadindo. Então, precisamos ter proteção ambiental com indústria, porque o meu bairro já foi industrial e hoje nós lotamos os trens todos os dias para vir procurar emprego aqui no centro.

Na Linha 7 - Rubi é onde acontece mais assédio sexual contra as mulheres. Se vocês observarem, todos os dias no noticiário, geralmente às quintas e às sextas, o trem quebra e leva duas horas para chegar em casa. Então, lá nós precisamos, porque nós já fomos um bairro industrial; nós tínhamos a fábrica de cimento.

Uma das áreas industriais que nós estamos aqui defendendo, a do areião, é tradicionalmente industrial, tem lavra desde 1930. Algumas pessoas falam que é área verde, mas há pessoas lá que se dizem sitiantes em áreas de cinco, oito mil metros. Na verdade, são casas de veraneio que pagam ITR. Isso não é justo e por isso eu gostei de ter traçado a questão dos 20 mil metros para ser produtor, como diz a lei.

Eu produzo em vasos, no meu quintalzinho, abóbora, couve, quiabo, mais do que esses ditos sitiantes. Então, como disse o Takashi, ao defender nossos bairros como leões, todos nós aqui precisamos ter noção de que nós precisamos ter serenidade ao defender os nossos pontos de vista, sem nos agredir uns aos outros e buscando sempre o consenso, tendo, de alguma forma, chegar a um consenso. Todos nós temos essa obrigação de defender os nossos pontos de vista.

Eu costume dizer que o marco zero da Cidade não é a Praça da Sé, mas em frente à minha casa, porque esse é o lugar mais importante; começa dali para depois ir para o resto.

A minha região tem seis vezes menos emprego do que a média da Cidade. São 300 e poucos mil moradores para 8.500 empregos. Como nós vamos preservar? Como vai ter Zepam? De todas as áreas industriais que nós estamos defendendo, ainda ficaremos com 40%

do território como Zepam, porque nós temos um parque de 9.500 milhões de metros quadrados e tem gente lá que já registrou RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural de 1 milhão e poucos metros quadrados. Nós temos ainda um conjunto e nós estamos defendendo ainda o corredor cultural Jaraguá-Perus, onde há fábricas, o Pico do Jaraguá, o Parque Anhanguera, a Ferrovia Perus-Pirapora.

Apesar de tudo isso e dessa crise em que vivemos, não posso deixar de falar da população que vive lá, uma horda de pessoas procurando emprego, tentando sobreviver ou sem fazer nada e enchendo os trens para vir para o centro.

O Governo do Estado falou que vai melhorar os trens em 2025. Será que ele acha que dá para nós aguentarmos até 2025 se agora nós podemos gerar emprego agora? Nós queremos emprego perto de casa.

Agradeço aos Daniel e aos Vereadores da Mesa, Paulo Frange, Souza Santos, Aurélio Miguel e Gilson Barreto.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Flávio

O SR. FLÁVIO MARCHESI – Senhores, boa noite. Estou aqui para falar para vocês, mais uma vez, sobre a rua mais perigosa da Cidade, a Rua Dr. Flávio Américo Maurano, o ladeirão. Vocês sempre poderão se lembrar de mim quando assistirem ao Datena, porque, afinal de contas, ela é sempre notícia, está sempre na televisão; ela é a linha vermelha de São Paulo. Por causa de Paraisópolis e os problemas de segurança, essa parte da Cidade foi liquidada.

Nós viemos a todos os encontros sobre o Plano Diretor para pedir que fosse transformada a Rua Flávio Américo Maurano numa ZCO_r 3 para recuperar a região.

As audiências públicas foram registradas e gravadas e nunca houve objeção. Na audiência realizada em Campo Limpo, houve uma exposição feita pela Penha que usou a própria Rua Flávio Américo Maurano como exemplo. As sugestões das audiências públicas

estavam sendo aproveitadas, e a Rua Flávio Américo Maurano ia ser transformada. Ela até mostrou o novo mapa e um *slide*. Foi interessante.

Nós continuamos participando das audiências, explicando com bastantes detalhes a necessidade de uma ZCO_r 3. Agora, na conclusão dos trabalhos do Plano Diretor, decidiu-se, sabe-se lá como, que a Rua Flávio Américo Maurano vai ser uma ZCO_r 1. Mas quem acha bom uma ZCO_r 1 lá? A ZCO_r 1 vai preservar as características do ladeirão, o *show room* de assaltos e assassinatos. Esse Morumbi é uma arrabalde de Paraisópolis; não é um Jardim Europa, é um bairro abandonado, uma região vazia que está virando um gueto. Esse Morumbi de Paraisópolis está pedindo aos Vereadores para melhorar, e para isso precisamos de autorização. Nós precisamos de metrô na Avenida Hebe Camargo, nós precisamos de mudanças positivas. Se alguém pensa diferente, pode se manifestar.

Assim, lá tem que ser uma ZCO_r 3, porque não há mais o que fazer. Como todos estão vendo, é um circo de horrores essa rua; todo mundo a conhece.

Então, por favor, senhores, pensem nisso. Nós, esse Morumbi de Paraisópolis estamos pedindo uma autorização aos Srs. Vereadores para melhorar. Nós precisamos de sua autorização para a instalação e uma ZCO_r 3. Por favor.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Marco Aurélio, do Marajoara Sustentável.

O SR. MARCO AURÉLIO – Boa noite a todos. Sou morador do Marajoara e eu quero falar um pouco sobre o processo participativo.

Algumas pessoas ainda têm dúvidas sobre ele. Tenha ele sido longo ou breve, eu acredito que aconteceu num prazo bem interessante. Ele não começou na semana passada ou no mês passado, mas alguns tomaram ciência desse tema agora e começaram a participar no último minuto. Ele começou quando as subprefeituras encaminharam as sugestões que chegavam de cada um dos bairros à Secretaria, que elaborou esse PL que veio para a

Câmara, que o vem debatendo, não só a Comissão como outros Vereadores, há muito tempo e tem recebido todas as demandas da sociedade. O nosso bairro teve experiência disso e fomos muito bem recebidos em todos os gabinetes.

Como ele ainda não se encerrou, nós precisamos pesar o nosso interesse e não crucificar o processo. Eu acho que ele está de bom tamanho, atendendo o que a sociedade pede e vejo, por conta disso, muita convergência tanto no entendimento de cada zona pela sociedade, já que isso não existia no início, e também no trabalho tanto da Secretaria quanto da Câmara.

Se de um lado temos nesse substitutivo muita correção feita em tempo e valiosa, por outro vemos muita coerência entre o PL e o substitutivo. Isso é fruto do trabalho que veio lá de traz. Então, gostaria de parabenizar toda a Comissão. Temos acompanhado o trabalho dos Vereadores que têm trabalhado bastante e a Secretaria que entregou a Câmara um PL em bons termos para ser trabalhado.

Muito obrigado e continuem o bom trabalho que têm feito. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Maria Auxiliadora.

A SRA. MARIA AUXILIADORA – Boa noite a todos os presentes. É impressionante, quem acompanhou tudo desde o início, olhar toda essa caminhada e ver no que está resultando.

Houve uma enormidade audiências públicas que a SMDU fez. Só não participou quem não quis. Fico feliz de ver muitos pleitos que foram contemplados e estão lá escritos. Depois vem à Câmara Municipal de São Paulo e aí, sim, pudemos conhecer mais ainda o trabalho do Legislativo.

Muitas vezes a sociedade tem uma imagem negativa, mas pude presenciar o quanto tem de Vereadores arregaçando as mangas, trabalhando, buscando composição, buscando formas de compor os conflitos para poder mostrar que o conflito não é tudo aquilo

que, às vezes, a gente acha que é. Às vezes a coisa é muito mais simples. Porém, não é fácil compor interesses em uma Cidade como esta. Há uma enormidade de demandas. Não é fácil.

Toda a Comissão, esta Casa, está de parabéns. O Executivo também está de parabéns por todo o esforço que fez, por todo o trabalho árduo de dedicação para poder chegar a esta minuta que chegou. Esta minuta ainda tem muitos aperfeiçoamentos a serem realizados.

Tenho certeza de que junto com a sociedade, com aqueles que possuem sabedoria e interesse verdadeiro em uma sociedade melhor para todos, em uma Cidade melhor para todos e também de Parlamentares que tem o mesmo interesse de uma sociedade melhor para todos, vamos conseguir chegar a uma minuta realmente que atenda aos interesses da Cidade.

Parabéns a todos e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Próxima pessoa a falar é a Sra. Priscila de Castro, Apam.

A SRA. PRISCILA DE CASTRO – Boa noite a todos.

Sou moradora do Morumbi e ontem fui assaltada com uma faca na minha garganta. Três pessoas entraram na minha casa pela segunda vez. Eu moro lá há 14 anos e estou cansada de viver entre duas favelas e não ter o mínimo de segurança. Tenho dois filhos de 14 e 13 anos que não sabem andar na calçada porque não tem a mínima condição. Estou cansada de arrastão, estou cansada de um bairro degradado.

Quando mudei para lá, mudei por um sonho e isso é o que todos buscam quando buscam sua residência, um lar, quase sossego e hoje eu não tenho.

As pessoas que têm mais condições já saíram do bairro, abandonaram. Todas as casas estão à venda. Eu não tenho essa opção. Não dá para pagar mais 1,5 milhão de reais em um apartamento e estou lá firme e forte. Eu quero mais segurança.

Eu quero que mude um pouco. Então, pensem um pouco no bairro do Morumbi porque ele não é só um bairro nobre. Ele está abandonado. São 100 metros da Avenida

Morumbi, 600 metros do Palácio do Governo e estou sozinha. Todo mundo vem falando e quem tem condição saiu. Eu quero mais segurança para os meus filhos. Então, gostaria que houvesse um pouco mais de corredor comercial para que possa ter um pouco mais de segurança. É o mínimo que eu preciso para viver na Cidade de hoje. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Próximo, Sr. José Nicolau.

O SR. JOSÉ NICOLAU – Boa noite a todos. Cumprimento a Mesa e todos os presentes.

Sou da região da Lapa e da Associação Comercial. Nós fomos contemplados, pelo que o Vereador Paulo Frange mostrou nas Ruas: Guaicurus, Clélia, Brigadeiro Gavião Peixoto e a Barão de Jundiá. Então, só venho reafirmar esse nosso pedido para que se mantenha na Brigadeiro Gavião Peixoto, na Barão de Jundiá e Pio XI o que já tem, preservando o hospital que tem lá, que foi até fechado. Virou corredor, ZCor 2, foi bom porque mesmo sendo comércio e a gente sendo da Associação Comercial, a gente quer preservar o sossego das pessoas que moram em volta porque todo mundo tem de acordar cedo, trabalhar, estudar e precisam de sossego.

Agradeço a Mesa e a todos. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Próximo, Cristian.

O SR. CRISTIAN - Boa noite a todos. É complicado falar porque venho aqui e todos já sabem o que eu vou dizer porque já falei tantas vezes e já sou identificado com o Campo Belo. Estamos nessa luta desde o Plano Diretor, mas por outro lado não tem como não continuar participando e não agradecer a oportunidade que tivemos de discutir mudanças no nosso bairro.

Campo Belo é um bairro que sofre desproporcionalmente há muitos anos, quase 10 anos, quando uma ação civil pública resultou em uma liminar que trava até hoje metade do

bairro. Há pessoas que sofrem até hoje com isso porque estão em zona mista, mas não conseguem fazer uso comercial do seu imóvel.

A gente se uniu desde o início do Plano Diretor e vimos diversos movimentos irem e virem. Havia o movimento do Sabará, movimentos de moradia e várias pessoas que já participaram do processo e foram contempladas, mas nós continuamos acompanhando.

Fizemos um pleito que é a correção de uma quadra que virou eixo e não atende o critério estabelecido no Plano Diretor. Não está de acordo com os artigos 76 e 77 e pedimos justamente essa correção em nome da segurança jurídica. Temos um bairro que já sofreu muito por uma interpretação equivocada do Poder Judiciário e a gente teme que isso possa acontecer no futuro, ainda que para uma ou duas quadras. Mas falando efetivamente em nome de todos os moradores, assim pedimos que seja atendida essa alteração.

Obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Tem a palavra o Sr. Jose Nicolau.

O SR. JOSÉ NICOLAU – Boa noite. Quero acreditar que está havendo rigor e bom-senso nesse projeto, e que seja votada e aprovada a lei que cria a ZCor, o que é inevitável.

Hoje em dia, estou vendo que a maioria, e não sei se um dia podia ter sessão para o pessoal que quer comércio e os que não querem comércio; e outra que seja para o Verde, ou dos prédios, mas como é tudo misturado, vamos lá.

Esperamos desde 1972 que essa lei mude, mas até hoje não mudou. Eu pensei que hoje era a última sessão antes da votação, mas vai ter mais, mais e mais. Espero que ainda seja na época de vocês. Daqui a pouco está acabando o mandato, sei lá, e vão prorrogando, mas paciência, nós já estamos esperando desde 1972.

Acontece que no bairro, há os moradores e há o pessoal que quer comércio. Eu convoquei oito amigos para virem aqui, eles “mexem” com comércio. No final todos me ligaram,

duas, três da tarde: “tô com dor de barriga, tenho que ir não-sei-aonde, etc”. Todos deram “furo”. Tocava o telefone e eu já sabia que era para dar desculpa. Ninguém veio, o pessoal é desunido. E o pessoal que é contra o comércio, o pessoal de mais idade conseguiu se unir, consegue se unir talvez por ter mais facilidade em seu dia a dia.

Acontece que o nosso bairro é cortado por quatro grandes avenidas: Bandeirantes, Jabaquara, Moreira Guimarães e Indianópolis, fora o Aeroporto de Congonhas, que passa ao lado da maior avenida - fora a marginal - com maior movimento de carro, de automóveis, caminhões, que é a Avenida dos Bandeirantes, que tem barulho inesgotável no bairro inteiro a qualquer hora do dia ou da noite. Acontece que tem uma avenida paralela, a Avenida Ceci; outra mais para baixo, a Avenida Miruna; e duas que cortam: Mariano Fagundes e Guatás, que são muito movimentadas, mas não têm nada de comércio, nem lavanderia, nem qualquer outra coisa, e quem tem está clandestino, está como bandido, vive como bandido porque não tem alvará, e vem a Prefeitura e multa, e vem outro e tal. E preciso regulamentar, é uma hipocrisia não regulamentar, não deixar que haja comércio ali, e pode ser com horário, que termine às 20h, 19h, mas que possam trabalhar. O movimento ali é incrível, é muito grande. Não sei se conhecem, há oito postos de gasolina, cinco na Moreira Guimarães, um na Indianópolis e outro na porta da minha casa, na Ceci com a Mariano Fagundes, com a Rua Caningás e Aratãs. É um cruzamento com cinco ruas, eu moro bem na esquina. E não pode ter nada. O imóvel está lá e não pode fazer nada, está todo mundo desgostoso, mas ninguém faz nada.

Agora está na hora de realmente votar, não podemos ficar mais tempo assim, se não, vai fazer o que ali? Tem que arrumar alguém e que possamos ter uma associação, sei lá!

Por favor, vamos regularizar!

Obrigado, boa noite.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. José Luís Longo.

O SR. JOSÉ LUIZ LONGO – Boa noite a todos, boa noite Srs. Vereadores. Faço

parte da APAM - Associação dos Proprietários e Amigos da Avenida Morumbi. Com surpresa, vimos à revisão na proposta da Prefeitura, aonde o trecho da Avenida Morumbi, que vai da Oscar Americano até a Casa da Fazenda mantém a ZCor-1. E já é uma zona de serviço – ZCL-22 – e nesses 12 anos de vigência desse zoneamento, nada aconteceu. Muito pelo contrário, só tivemos maior degradação maio no bairro quando então várias pessoas foram assaltadas. Isso é público, jornal *Folha de S. Paulo*, dia 8 de novembro: “Morumbi vira “mico” com violência e há desvalorização. Moradores relatam medo de assalto e dificuldade para vender imóveis”.

Se não houver o uso adequado, o bairro vai acabar. Moro há 40 anos no Morumbi e dia a dia, ano a ano vejo o bairro deteriorando, ficando cada vez mais abandonado. Temos de ter segurança e segurança não adianta, não é o policial estar lá que vai dar segurança. Segurança nós vamos ter com movimento e com ocupação. (Palmas)

A hora em que tivermos corredor com comércio e serviço que atendam o bairro, as pessoas vão poder andar pelas ruas. Será como nos Jardins, onde tem padaria, farmácia, restaurante, os moradores andam a pé, de bicicleta, coisa que não podemos. Há 20 anos, a vida era diferente, não havia trânsito, não havia insegurança. Hoje para ir fazer compras de carro, vamos demorar meia-hora. Para sair a pé, vamos ser assaltados. As empregadas que trabalham lá, as domésticas tem que sair de dia porque à noite vão ser assaltadas. (Palmas)

Precisamos revitalizar o bairro, corredor, ZCor-3 na Avenida Morumbi, da Oscar Americano até a Casa da Fazenda. Por que ZCor-3? Até pela característica porque o Morumbi precisa de comércio, não podemos ter restrição nesse corredor, que já é um corredor restritivo para ZER. Faço esse pedido para reavaliarem e passarem para ZCor-3 até a Casa da Fazenda, e depois da Oscar Americano, ZCor-2. Esse é o trecho que estamos pedindo porque vai atender exatamente o miolo do bairro. Gostaria que reavaliassem! (Palmas)

Para finalizar, Vereador Frange, aproveito o espaço para falar das industriais. Temos duas zonas ZPI-1 e ZPI-2. Na ZPI-1 nós podemos ocupar 70% do terreno; na ZPI-2 podemos ocupar somente 30% do terreno. Há uma diferença muito grande, na ZPI-2 a

indústria é menos agressiva, e com ocupação muito menor, 30% para terrenos acima de 500 metros, quer dizer, uma indústria com até 500 m² pode ter até 50% de ocupação, acima de 500m², 30%. Gostaria que, pelo menos, fosse 50% para todos os terrenos e não que fosse seccionado em 500m² que para uma zona industrial não é nada, para 50% no ZPI-2 e mantenham 70% na ZPI-1.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra a Sra. Cintia Venâncio.

(Pausa) Não está. Tem a palavra o Sr. Carlos Cruselles.

O SR. CARLOS CRUSELLES – Sou Presidente da SAPP – Sociedade Amigos do Planalto Paulista, a única do bairro. Quero cumprimentar os Srs. Vereadores.

Em nome da SAPP venho defender o acolhimento das propostas por nós apresentadas nos documentos entregues a V.Exa, de forma que se preserve a ZER-1 em nosso bairro e não se promova modificações em seu entorno que possam vir a descaracterizá-lo.

Com efeito, as alterações pretendidas pelo Executivo e pelo modificativo desta Casa para as avenidas Indianópolis, José Maria Whitaker e Bandeirantes interferirão na qualidade de vida e vão contra as metas climáticas. Ninguém falou disso até o momento aqui. Todo comércio consolidado, que já existe antes da lei de zoneamento, dentro do bairro já está lá. A gente não precisa de mais nada lá dentro do bairro. É falácia o que o pessoal está dizendo aqui. Todos esses que dizem que querem comércio não têm uma árvore na porta. Ou seja, todo comércio implantado dentro, que está lá consolidado, não tem árvore.

Graças a Deus eu moro numa rua que tem muitos passarinhos. Graças a Deus, porque é uma área de transição lá do Ibirapuera, é uma área que passa pelo bairro, depois eles voam para outro lugar, então todo dia eu vejo sabiá, periquito. Esse negócio de dizer que ter comércio vai melhorar o bairro é mentira, porque nós já temos uma área próxima do Planalto Paulista que teve o zoneamento modificado e lá a insegurança aumentou 200%. Eles

falam também da prostituição. A prostituição aumentou 300% nessa área que foi consolidada como comércio. Então eu não sei exatamente o que esse pessoal... São duas famílias, pelo que eu estou vendo aqui, que quer a mudança do bairro. Eu não estou entendendo isso. De qualquer forma causaram muito... Aumento indiscriminado do comércio, aumento de trânsito local, entre outros problemas já conhecidos que a gente sabe muito bem.

Não podemos permitir que interesses minoritários... Eu represento 99,9%, a SAPP, que é dos moradores do Planalto Paulista, então eu estou defendendo realmente a maioria dos moradores. Não podemos permitir que interesses minoritários de segmentos do comércio, da construção civil ou imobiliário se sobreponham ao interesse da maioria que é a população, os moradores, os cidadãos que se veem aqui representados por V.Sas. Que não se multipliquem em nossa cidade modelos sabidamente equivocados, que aumentaram a temperatura nos bairros. Nós temos uma diferença de temperatura entre Moema e Planalto Paulista, por exemplo, de 4° Celsius. Ou seja, nós estamos numa área de muita preservação, então isso tudo que falaram aqui é pura falácia.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Bruno Close.

O SR. BRUNO CLOSE – Boa noite. Quero parabenizar o Executivo, o Legislativo por estarem ouvindo, nos ouvindo. É muito legal isso. Eu queria falar da minha rua, a Prof. Benedito Montenegro, no Morumbi, que é uma rua hoje onde está localizada a minha residência, ZER, e que eu pedi para transformar em ZM ou ZCor ou ZCL, porque é uma rua cuja configuração mudou nos últimos 30 anos. Em 1985, quando a casa foi construída, era uma ruela quase rural. Hoje tem ônibus articulado passando ali a cada cinco minutos, tem a Linha Ouro que vai passar a 30 metros da minha casa. O meu pedido é esse, para V.Exas. considerarem isso, porque no traçado antigo estava ZER e permanece ZER.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Breno. Pedro Henrique

Mendes, SAPP. Em seguida, Joel Formiga.

O SR. JOEL FORMIGA – Boa noite. Eu sou Joel Formiga, vice-presidente, represento a Associação Viva Pacaembu. Ouvi aqui a gente falar sobre a grandiosidade dessa série de eventos, em números, números que parece que impressionam tantas falas, tantos documentos etc. No entanto, em profundidade não estamos vendo, não estamos vendo retorno, não estamos vendo a consideração dessas falas. (Palmas.) Nós falarmos ao vento aqui não é realmente uma grandiosidade democrática, é mais próximo a uma farsa democrática. Vai sair um documento ao final, dirigido sabe-se lá por quem ou como, e nós não estamos sendo ouvidos.

Agora, a nossa questão é uma questão de bairro residencial. Cada um tem um pleito. Há gente que defende ZCor, há gente que é contra ZCor e nós temos alguns pleitos em torno disso. O que eu não estou sabendo é quem é que tem pleitos contrários ao nosso. Se a Associação que se reuniu, que representa os moradores, que fez reuniões, contratou profissionais, apresentamos vários documentos bem elaborados, não estamos sendo atendidos, muito bem. Então outros interesses estão sendo atendidos. Em nome da transparência, que interesses são esses? Quem quer que ZCor seja 2? Quem quer ZCor que a gente não quer? Porque tudo bem, se eles querem, se há um grupo que quer, legítimo e que tenha uma importância para a Cidade, nosso pleito não tem que ser vitorioso. Agora, não pode perder para interesses que sequer vêm à tona, sequer são públicos. Desculpa, no Pacaembu não ouvimos nada. Eu não estou falando da cidade como um todo, estou falando do bairro do Pacaembu, que é um pleito bem limitado, á uma região geográfica. Nós queremos ser atendidos, ouvidos e entender, se nossos pleitos não vão ser aceitos, por que não estão sendo, só isso. (Palmas) Isso aqui, falar ao vento, nunca. Nós temos documentação clara, pedindo coisas específicas. Nunca nos disseram por que não são atendidas. Se não forem atendidas por razões legítimas, muito bem. Mas nunca houve um contraponto. Então que não seja ao vento, que haja consequência, aí os senhores vão reganhar a nossa credibilidade nesse

processo democrático.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Ele está com a palavra. Depois, Vereador, por favor. Ele vai usar o tempo dele.

O SR. JOEL FORMIGA – Cedo meu tempo ao Vereador.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – É que o Relator Paulo Frange disse que teve casos que foram atendidos porque tinham cem por cento de unanimidade. Tinha casos que tinha... Foi o Relator que colocou dessa forma... que seriam debatido agora ao longo do processo. Foi isso que ele colocou no início. Eu não sei se o senhor estava no início.

O SR. JOEL FORMIGA – Estava no início.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – Tem várias demandas de vereadores inclusive, que eu também sei de várias coisas absurdas, por exemplo, eu queria até questionar depois, que também não foram mudadas nesse momento. Têm que ser mudadas ao longo do processo. Então não se sinta não atendido neste momento.

O SR. JOEL FORMIGA – Nós não queremos ser atendidos a todo custo ou sobre todos. Nós queremos entender que forças são essas contrárias que não se apresentam.

O SR. AURÉLIO MIGUEL – O senhor não pode colocar sob suspeição porque não foi atendido, porque tem outros interesses. Aí é muito leviano da parte do senhor.

O SR. JOEL FORMIGA – Leviano não. Porque nós não fomos... Não houve uma resposta aos nossos pleitos, nem que seja “não”, por isso ou por aquilo, por aquele outro ponto.

- Falas sobrepostas.

O SR. JOEL FORMIGA – Então vamos dar o benefício da dúvida a esse processo para que ele seja efetivamente democrático. O que se vê até agora gera uma inquietude, vamos dizer assim. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

- Fala fora do microfone.

O SR. JOEL FORMIGA – Que sejamos ouvidos nos pleitos formais que colocamos e que haja uma resposta.

- Fala fora do microfone.

O SR. JOEL FORMIGA – Não, não. Há um pleito sobre ZCor ser 1 e não ser 2 em certas ruas, o tamanho da ZCor. Está extensamente documentado e protocolado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Joel Formiga, Viva Pacaembu.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Ah, você foi o Joel. Próximo, Mauro (Ininteligível). Faltam quinze. Mauro, por favor.

O SR. MAURO MOURÃO – Boa noite. Meu nome é Mauro Mourão, eu sou um dos representantes da SOS Corredores, que é aquele eixo conhecido de V.Exas., Magnólias, Begônias e Prof. Alcebíades Delamare. Essa questão é bem conhecida por V.Exas. As pessoas que compraram suas casas ali, 99% das pessoas compraram há 40 anos como, por exemplo, o caso dos meus pais, há 45 anos. Como estou com 52 anos, com sete anos de idade, ou há 45 anos, eu andava de bicicleta na Av. das Magnólias. Nós compramos a casa porque era um bairro bonito, arborizado, passavam pouquíssimos carros, etc.

Pois bem, o tempo passou e há 15 anos implantou-se o Túnel Sebastião Camargo. Ora, nós gostamos desse túnel há 15 anos? Não gostamos. Fomos obrigados a nos conformar? Por óbvio que sim, afinal o interesse público deve prevalecer sobre o interesse privado. A Cidade precisa se desenvolver, é dinâmica. O trânsito precisa fluir.

Agora, a realidade que temos hoje lá, como os senhores bem sabem, é de uma autoestrada. A Av. das Magnólias, essas ruas que citei, viraram uma autoestrada. Quem sai lá da Av. Morumbi, há uma placa gigantesca dizendo: vire à direita para ir ao Centro.

Ora, as pessoas, ônibus, caminhões descem por ali diuturnamente, com um índice

de barulho e poluição impressionantes, vão para dentro do túnel e saem na JK. Ou seja, descaracterizou de forma absurda nesses últimos 15 anos. E nós brigamos pela classificação de corredor há 15 anos.

A implantação do túnel deve-se seguir uma adequação da legislação realista, que está no PDE e na lei de zoneamento agora em elaboração. Nesse sentido o PDE já vigente é a lei que aponta os princípios e diretrizes urbanísticas que projetam uma Cidade melhor por óbvio. Está aí a finalidade do PDE.

E o PDE sabiamente já prevê todas as condições concretas para que a legislação de zoneamento contemple ou deixe de contemplar as ZCors, de acordo com suas características reais. Minha casa está lá abandonada e 200 casas estão lá agora arruinadas, invadidas por bandidos porque não se aluga e não se vende. Eu já perdi alguns milhões de reais nesses 15 anos e vou continuar perdendo muitos mais milhões de reais, mas meus pais e avós trabalharam duro e honestamente para comprar uma casa bacana lá. E agora tenho uma estrada na minha porta. E é óbvio que qualquer mudança nesse sentido vai valorizar o bairro. É óbvio.

Pois bem, para finalizar, quero terminar dizendo que qualquer legislação de zoneamento agora que venha deixar de ser recepcionada pelo PDE perde amparo legal. Perde o amparo jurídico.

E só para terminar, a primeira minuta de projeto dos Srs. Vereadores contemplou o eixo como ZCor. A segunda minuta contemplou também e a terceira inexplicavelmente sumiu com a nossa ZCor. Voltou para ZER. E aí pergunto para V.Exas., de coração, qual é a explicação para o nosso corredor ter sumido do mapa?

É isso. Está amplamente documentado. Há projetos de urbanistas renomados e etc. Muito agradecido.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Aparecido Viana.
(Pausa) Ausente. Tem a palavra o Sr. Paulo Sergio Natali.

O SR. PAULO SERGIO NATALI - Srs. Vereadores, boa noite, o meu pleito se refere à rua Alvarenga, no Butantã. A rua Alvarenga, para quem não sabe é aquela rua da ponte da Cidade Universitária e que une, hoje, a marginal do rio Pinheiros a duas rodovias: Raposo Tavares e Regis Bittencourt.

Isso significa o seguinte: que essa rua tem um nível de tráfego pesado, inclusive, caminhões, e a classificação dela feita pela própria CET é N1, ou seja um tráfego equivalente à da avenida 23 de Maio.

Na primeira apresentação de uso e de zoneamento, essa rua foi contemplada como ZCor 3. Acontece que isso foi o que veio do Poder Executivo. Aqui, na Câmara, ela foi modificada para ZCor 2. Isso nos dá uma perda de uma série de atividades na rua Alvarenga, mas algumas delas são muito importantes para nós. Por exemplo – e usando o mesmo exemplo usado no início dessas apresentação - : hotéis, flats etc.

Esse exemplo foi utilizado no sentido de que isso poderia causar, vamos chamar, de uso indevido em algumas regiões da Cidade. Acontece que no caso de uma que você tem na entrada da USP, há uma demanda muito grande por parte de estudantes de outras cidades e de outros estados, que poderiam utilizar esse tipo de flat ou esse tipo de hotel, e mesmo de pensão.

Então o que estou tentando dizer é o seguinte: muitas vezes, o argumento que foi utilizado em alguma região de São Paulo nem sempre vale para todas. O argumento que foi utilizado numa região em que um hotel possa se transformar – desculpem – num bordel, para a rua Alvarenga, não vale. Na rua Alvarenga existe a demanda de estudantes da USP e, como podem perceber, há o CRUSP, onde o pessoal da USP fica hospedado, não se consegue colocar 500 pessoas lá dentro, nesses cinco prédios que eles têm. Em compensação, a USP tem 40 mil estudantes que precisam ter onde morar.

Portanto, o argumento quando for utilizado numa região não vale para outra. Daí, eu digo que a redução de ZCor 3 para ZCor 2 nos tirou algumas atividades que foram muito

importantes para nós.

Outra coisa que foi apresentada e me preocupou um pouco foi o fato de você ter o ZCor perto dos lindeiros. Gostaria de dizer que na praça Panamericana existe o ZCor 3 ao lado de lindeiros, residenciais e que isso não foi um problema para o caso da Panamericana. Por que seria para a rua Alvarenga?

Então eu agradeço aos senhores que pudessem analisar e voltar a transformar a rua Alvarenga, naquele trecho entre a ponte da Cidade Universitária e a avenida Vital Brasil, em ZCor 3. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Agora, continuando, só faltam 12 inscritos. A Sra. Helena Cristina, do Movimento de Preservação do Sumarezinho e Vila Madalena.

A SRA. HELENA CRISTINA – Boa noite, senhores. Moro no entorno da estação Vila Madalena do metrô. Nós apresentamos um trabalho profissional que mostra os equívocos do PDE em nosso canto de São Paulo.

No entanto, o Relatório do Vereador Paulo Frange foi decepcionante para nós, apesar das mudanças que ele apresentou aqui como se fossem muito grandes, e não são.

Faço um pedido ao Sr. Presidente Gilson Barreto: o senhor não faz parte da base aliada do Governo, nós precisamos de sua ajuda para proteger o nosso bairro, assim como conseguiram os moradores do Moinho Velho que se livraram da ZEU. Nós precisamos do senhor, Vereador. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) - O próximo orador inscrito é o Sr. Roberto de Olival, da APAM, e, em seguida, o Sr. Arlindo Amaro.

O SR. ROBERTO DE OLIVAL – Boa noite a todos. Preliminarmente, apesar de não ter procuração dos membros da Mesa, gostaria de elogiá-los pelo trabalho até agora realizado, que foi contestado por um orador, levantando dúvidas quanto à capacidade e à maneira como os senhores estão trabalhando no sentido de o melhor fazer pela população de São Paulo.

Segundo, sou membro da APAM, Associação dos Proprietários da Avenida

Morumbi e quero reiterar os termos de memorial que enviei aos senhores, há questão de dois meses, a respeito de corredor na Avenida Morumbi.

No substitutivo apresentado recentemente, a Avenida Morumbi, que faz parte – no meu entender – do item 3, do artigo 10, da lei, é uma via de ligação inter-regiões, ou seja, deve ser considerada como ZCor 3. Todavia, no substitutivo, ela foi seccionada em três partes: ZCor 3, ZCor 2 e ZCor 1. Não entendi até agora a razão pela qual isso deva ocorrer, porque a Avenida Morumbi, como um todo, está completamente abandonada. O número de imóveis desocupados e invadidos é gigante. A Avenida Morumbi é uma via de trânsito rapidíssimo, ninguém mais quer morar ali. Para dar segurança e dar viabilidade econômica aos imóveis da Avenida Morumbi, no meu ponto de vista, deve ser uma ZCor 3, ou seja, as pessoas têm de se instalar lá para que quem mora no entorno ou no bairro não precise se deslocar para o outro lado da ponte para ter todos os serviços e comércios que pode haver ali.

Hoje em dia o que se gasta de transporte para sair do miolo do Morumbi e chegar até um comércio, farmácia, padaria ou o que seja é gigantesco. Tem de se cruzar para a Ponte da Avenida Morumbi ou da Cidade Jardim. Por isso entendo que seria importantíssimo transformar a Avenida Morumbi como um todo em ZCor 3, porque daria segurança e ocupação a todos os seus imóveis.

É isso que entendo. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Com a palavra o Sr. Arlindo Amaro e, em seguida, o Sr. José Neto Pinheiro.

O SR. ARLINDO AMARO – Boa noite a todos. Sou morador da região do Ipiranga.

Senhores membros da Mesa, o que se tem falado aqui já é bastante conhecido de toda a população.

A Lei 16.050, discutida há tempos, já falava sobre os planos de bairro. Eles seriam fundamentais para se exercer uma cidadania adequada na cidade de São Paulo, que tem 1.500 km², 31 Subprefeituras e 12 milhões de pessoas com diversos problemas. Se houvesse

um plano de bairro, com certeza, teríamos menos conflitos nas reuniões e nas audiências públicas. Quando viermos a discutir os planos de bairro, com certeza, não poderemos fazer muita coisa, porque já existe a Lei 16.050.

Hoje, com a apresentação dessas alterações à lei, nesse projeto de lei, de 200 artigos, para que a população leia agora, para discutir e comparar com o que já foi feito anteriormente, pessoas com conhecimento técnico na área de planejamento urbano têm dificuldade em fazer essa comparação em curto prazo, imagine ter 48h: está aqui a modificação, vamos discutir e mandar à Plenária para ser votado.

Gostaria que a Mesa tivesse um pouquinho de bom senso, enriquecendo a população da cidade de São Paulo, que esse projeto de lei fosse adiado para ser votado e que ouvissem um pouco mais a população em razão das diferenças que existem em toda a Cidade. É Penha, é Lapa, é Itaquera, é Guaianases, é Grajaú, enfim, a Cidade tem um universo bastante diferente e é preciso conhecer a realidade para se elaborar um plano. Não basta fazer um plano através de um Google. Duzentos artigos é muito difícil para que a população consiga rever isso.

O IPTU progressivo foi aprovado nesta Casa. Comentamos aqui com Paulo Frange, foi levado à Câmara Municipal, foi votado e está aí o IPTU progressivo que esses imóveis venham a ser usados para moradias populares.

Precisamos da prática e do controle do Poder Público para que essa população que precisa de ZEIS venha a morar nessas habitações desocupadas, que são mais de 55 mil imóveis na cidade de São Paulo abandonados.

Se temos falta de habitação de 30 mil, com 55 mil imóveis se pode pulverizar bastante a população na Cidade, na área central, onde há emprego, como foi falado aqui.

O pessoal precisa de emprego próximo da sua casa. Não se deve colocar a população lá na periferia, como foi feito na Operação Urbana Faria Lima, colocando a população menos favorecida do outro lado do rio.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. José Neto Pinheiro, da Associação da Indústria e Comércio Timão (Pausa); depois, a Sra. Maria Elisabeth Castanho.

A SRA. MARIA ELISABETH CASTANHO – Boa noite a todos.

Venho reiterar o pedido de que vocês reconsiderem de que fomos contemplados com ZCor 3 no PL 272 e solicito que reconsiderem pela característica do bairro.

Nós somos, hoje, a principal via de acesso para o Sul do País e acho que merecemos. Estamos com 47% dos imóveis fechados, abandonados, devido a falta de segurança no entorno de uma Universidade como a USP.

Então, solicitamos que vocês considerem as características da nossa situação da Alvarenga e que nos deem a oportunidade de revitalizar a Alvarenga por meio do comércio, trabalho e serviço.

Muito obrigado, mais uma vez, pela atenção que têm nos dispensado.

Boa noite. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra o Sr. Luiz Eduardo de Almeida.

O SR. LUIZ EDUARDO DE ALMEIDA – Boa noite.

Sou Luiz Eduardo, sou Diretor da Samorc e da SOS Rua Estados Unidos.

ASamorc é uma Associação que defende os interesses de Cerqueira César, um bairro de mais de 300 mil habitantes, mais de 10 mil comerciantes do comércio em geral, somos a terceira maior arrecadação de ISS do Município, uma zona mista extremamente bem servida de comércio, onde já existe um dos maiores adensamentos de São Paulo.

A Associação é uma associação de moradores e comerciantes.

Como foi bem falado, pelo Vereador Paulo Frange, que citou o trabalho que foi feito pelos colegas que estão ainda aqui, apesar do horário, o interesse é grande, o trabalho foi

enorme. Foram centenas de edifícios e pessoas envolvidas. Mais de 11 mil assinaturas.

Nós tivemos espaço com autoridades, o próprio Vereador Paulo Frange e o Vereador Gilson Barreto, fez um trabalho espetacular de trazer mais visibilidade do que, de fato, andou ou não andou, porque a gente não conhecia os mapas.

Nós estivemos com 44 Vereadores. Contratamos advogados Marcelo Manhães, Framínio, da CET, e Regina Monteiro.

Conto a vocês, rapidamente, a Rua Estados Unidos, que é o objetivo dessa conversa tem, há 40 anos, preservado todos os terrenos na faixa de 40 metros. Todos os terrenos no que tange a edificação, limite de gabarito de 10 metros; uso que hoje são só serviços, pois a Rua Estados Unidos já possui comércio, já possui serviços, só que fomos apresentados na última assembleia pública com uma proposta de uma liberação total para essa área. Foi retornado.

Os imóveis lindeiros foram atendidos no que tange a questão de gabarito, mas, somente os imóveis lindeiros. Os outros imóveis não foram atendidos – e fazem parte dos 40 metros. Estão há 40 anos com essa zona preservada.

A questão é: a quem interessa a construção desses edifícios nesses terrenos, Paulo Frange? Por que o senhor não atendeu, depois desse enorme movimento, os interesses da Rua Estados Unidos?

O senhor disse que nós cooperamos muito, mas, infelizmente, o retorno do senhor para nós foi muito pequeno.

Então, é um excelente exemplo da falta de ouvidos da Câmara, de ouvidos do sistema do PL 272 com relação à nossa reivindicação, que foi atendida em pequena parte.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sr. Nanci; Sra. Natália Jesus Rocha; o Sr. Rodrigo Mota. (Pausa)

O SR. RODRIGO MOTA – Srs. Vereadores, Presidente, Relator, Secretário.

Eu vim aqui, a pessoa que virá depois de mim, poderá agradecer nesse primeiro substitutivo que o nosso pleito foi atendido. Muito obrigado.

Eu gostaria de elogiar muito o trabalho que está sendo feito por esta Comissão para aprimorar essa lei, que tem ideias inovadoras.

Mas vim aqui e acho que precisamos de muito bom senso para fazermos essa lei. Esse trabalho requer imenso esforço analítico, de bom senso, de questões humanas, técnicas e tudo mais.

Vou falar aqui sobre o Parque Linear Caxingui e da importância de definir toda essa área verde como ZEPAM.

Eu vi essa área verde se manter intacta nos últimos 50 anos de urbanização do bairro e, por isso, estamos aqui para que assim permaneça.

A área já possui um parque em planejamento, na lei 13.884/04, e no PDE de 2014.

A área possui uma Mata Atlântica, um córrego muito limpo e aberto, até com afluente e muitas nascentes.

A urbanização do bairro já eliminou bicas de água potável que atraíam pessoas de muitas regiões da Cidade com galões, que vinham de carro e formavam filas para pegarem água e levarem para suas casas.

A área também tem um papel muito importante na permeabilidade da região, por se tratar de um vale, para aonde vai toda a água da chuva.

O nosso compromisso, no Jardim Guedala, Jardim Leonor e Caxingui, é ajudar, de todas as maneiras possíveis, a Secretaria do Verde a implantar o parque em toda a área verde, para que a população e os seus representantes possam se orgulhar do parque, utilizá-lo para lazer, convivência social e exemplo de um esforço nosso de mantermos a qualidade de vida e construirmos uma cidade melhor.

Era só isso que eu queria dizer.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Rodrigo.

Tem a palavra a Sra. Ana Aragão.

A SRA. ANA ARAGÃO – Boa noite a todos. Eu vim realmente agradecer. Quero agradecer a lisura com que a Comissão de Revisão conduziu os trabalhos ouvindo a população.

Quero agradecer o corpo técnico da Subprefeitura, a Maria Bonafé e a Elma, que já foram embora, mas estavam aqui até agora. São duas heroínas que nos ajudaram com os mapas. Quero agradecer a dois Vereadores particularmente, Aurélio Miguel e Aurélio Nomura, os dois que nos mandaram as emendas que eles encaminharam aos senhores. Agradeço também ao Gilson Barreto, Presidente, e ao Paulo Frange, relator. Muito obrigado. Espero que todos nós possamos agradecer sempre pelo parque. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Rodrigo.

Próximo, Rodrigo Martins. (Pausa) Monise Neves.

A SRA. MONISE NEVES – Boa noite. Sou Monise e represento o Lalec, um abrigo que fica há 16 anos na Avenida Indianópolis. Esse é um abrigo que foi adotado pelo bairro, então, a padaria do bairro dá pão ao abrigo, o supermercado dá hortifrúti, temos muitos voluntários no bairro que apoiam o abrigo. Então, ele se beneficia de estar no Planalto Paulista, uma zona nobre, e se beneficia dessa riqueza.

A sociedade devia fomentar esse tipo de interação e não restringir, mas até hoje foi restringido porque, na Avenida Indianópolis, o Lalec não está permitido. Por zoneamento, ele não poderia estar lá.

O PDE avançou. A gente avançou como sociedade. Ele permitiu que o abrigo pudesse estar lá, tornar a Avenida Indianópolis em ZCor 2 e a gente pudesse aproveitar essa riqueza do bairro, mas eu acho que deve ter tido um erro e, como talvez o Vereador Paulo Frange falou, pesou um pouco a mão. Em um dos quadros, hoje, eu vi que junto com motéis, drive-ins e hotéis, um abrigo de medida protetiva para criança e adolescente é incomodo em

uma ZCor. Tenho certeza de que foi uma falha por todo o contato que tive com a Comissão durante esses meses. Eu acho que é extremamente elitista e acredito que temos realmente de fomentar a interação de um lugar com recursos, com riqueza, verde e bonito para essas crianças.

O que é um abrigo de proteção? São crianças que foram retiradas dos lares por maus tratos ou foram abandonadas. Então, por que a Isabela, que tem quatro anos, e foi maltratada pela avó não pode estar no Planalto Paulista? Por que o Ícaro, que tem seis meses e a mãe o abandonou quando nasceu, não pode estar lá recebendo o carinho de um monte de gente que tem disponibilidade de tempo, tem condições financeiras, tem cultura para passar coisas bacanas para as crianças?

A sociedade que a gente quer é uma sociedade que empurra esse tipo de serviço social tão importante para longe? Essa não é a sociedade que eu quero. Não acho que seja a sociedade que a Comissão quer. Acho que foi uma falha e conto que será revisada.

Pelo Lalec e por todos os outros abrigos que podem se instalar nessas regiões.
Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Creche pode, viu?

Quero ouvir a mensagem do Dr. Daniel. (Pausa) Faltou? Desculpe.

O SR. DANIEL – Só queria fazer um cumprimento à Comissão de Política Urbana e saudar todos os membros. Gostaria de fazer uma saudação especial ao relator. O trabalho que foi feito de estudo, de analisar e se apropriar – não estamos na fase de inventar um novo PL – então, todas as questões que foram levantadas foram analisadas. Cumprimento a dedicação que o Paulo teve em se apropriar na matéria e trazer as questões para a gente estudar, pensar todas as questões juntos.

Enfim, quero parabenizar pelo trabalho feito. Vocês puderam ver que essa proposta, que o Paulo apresentou, não muda o cardápio. O cardápio foi ajustado e houve um ajuste também na aplicação desse cardápio na Cidade. Tem ainda algumas questões para

serem aprimoradas. Isso ficou claro hoje, mas avançamos. A integridade do PL está mantida.

Só queria fazer esse cumprimento e dizer que tem questões fundamentais que foram propostas neste PL e que estão mantidas, então, queria fazer uma saudação ao trabalho.

A Secretaria continua com a CMDU e a equipe tanto no corpo diretivo quanto a equipe técnica abertos para continuar os estudos e apoiar no que for para dar a melhor qualidade possível nessa proposta.

Vi hoje que várias das questões que vieram da sociedade estão revisitando as demandas que vieram em outras audiências. De fato, agora está no ajuste fino da proposta.

Muito obrigado e boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Daniel.

Temos ainda muita mudança para fazer.

Alessandra Gezic.

A SRA. ALESSANDRA GEZIC – Desculpa ficar por último de novo. Esta é a segunda vez que eu estou por último. Agradeço a presença dos que aguentaram até agora. Acho que estão todos com fome e cansados.

Eu vim para apontar mais uma vez uma falha. Eu já conversei com o Daniel e já fui a todas as audiências e expliquei que é de um trecho pequeno, queria que vocês anotassem para tentar procurar depois, da Rua Minas Gerais, um pedacinho entre a Praça Marechal Cordeiro de Farias e a Dr. Arnaldo. É aquele pedacinho de alça, um acesso para a Avenida Dr. Arnaldo. Aquele pedaço é curto, tem quatro prédios residenciais e algumas casinhas que sobraram, ao todo oito, algumas têm comércio e outras têm pessoas morando. Ali, é perto do metro e, então, foi considerado ZEU, mas não é todo o lugar que é perto do metro que é igual.

Realmente, como todos já falaram, cada pedacinho tem sua particularidade e, ali, é atípico. É um lugar bem pequeno e lindeiro à ZER do Pacaembu e eu convido vocês a passarem por lá a pé. Eu fui de casa em casa e de comércio em comércio, inclusive na rua de

traz e juntei um abaixo-assinado com 98%, só não consegui de um ou outro que não estavam lá. Todos assinaram e concordaram com ZPR, que ainda é mais restritivo.

Conversando com o Daniel, ele me sugeriu pedir ZCor 1 e foi colocado para a rua atrás, que é a Ernest Marcus. A Rua Professor Ernest Marcus tem 20 casas. Das 20 casas, em 18 ainda moram famílias. As pessoas queriam ZER, mas eu tentei explicar que ali fica ZCor 1, que é o que dá para fazer agora. Tem uma vila, inclusive, atrás. Os fundos das casas da Rua Minas Gerais dão para uma vila. Não tem como deixar ali ZEU.

O uso ZEU não é compatível com isso, porque o ZEU pode tudo, não tem restrição de horário, então, ali, não vai dá para viver. Imaginem, no meio dos prédios, as casinhas que sobraram, colocar-se um ZEU, é muito agressivo.

Então o ZCor 1 é bem adequado e está de acordo com todos. Eu já protocolei, na última vez que vim aqui e que falei por último, um abaixo-assinado com 100% - na verdade, 98% -, uma ou outra pessoa que não consegui, mas posso ir atrás desses últimos porque conversei com todas as pessoas, principalmente as que poderiam estar contra não estão contra.

Eu só queria salientar que, lá, ainda está dentro da área perímetro tombado do Pacaembu, é Zepec, os senhores devem saber melhor que eu. Agradeço mais uma vez a atenção. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Ana Paula Barbosa Nunes gostaria de dar uma mensagem. Por favor, um minuto.

ANA PAULA BARBOSA NUNES – Boa noite. Estou representando 13 residências no zoneamento da Francisco Morato ZCor 2; avenida Morumbi, ZCor 1, rua Alvarenga ZCor 2. São 13 imóveis só, localizados nesse meio. Foi solicitada a mudança, mas não tivemos o aceite do pleito. Por isso, viemos novamente requisitar e falar da dificuldade que temos.

Estamos a 650 metros do metrô e também na esquina do hospital, com dois estacionamentos na nossa rua. Então nós viemos solicitar, realmente, uma revisão.

- Manifestação fora do microfone.

ANA PAULA BARBOSA NUNES – Mudou o nome. É Metropolitano, antigo Iguatemi.

Portanto, viemos solicitar uma revisão. Vejam: 650 metros do metrô e com um hospital na própria rua. Ou então ampliar esse espaço para permitir a possibilidade de poder ter alguma clínica que dê suporte ao hospital e que possa fazer o uso dessas residências que estão com uma dificuldade muito grande de comércio. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Sr. João Joauchi, um minuto e meio.

O SR. JOÃO – Boa noite, senhoras e senhores, cumprimento a Mesa pelo trabalho que tem feito, especialmente e, particularmente, saúdo o amigo Aurélio Miguel, colega de juventude.

Represento a Sociedade de Amigos Colina das Flores. Gostaria de ressaltar o seguinte: a Sociedade fez vários estudos, inclusive, documentados – um foi deixado, agora, na mesa de inscrição, feito pelo escritório do Dr. Firmino -, nos quais buscamos identificar o local onde menos se prejudicasse a comunidade como um todo, mas que se instalasse uma zona de comércio, atendendo, assim, aquela população, evitando que as pessoas atravessassem a ponte Cidade Jardim para buscar produtos de primeira necessidade.

Desde o Plano Diretor anterior, em acordo entre a Prefeitura e as associações locais, sem oposição de outras tantas associações, ficou estabelecido que essa área da avenida Alcides Sangirardi – que fica junto à marginal Pinheiros – fosse uma área definida como esse ponto. Também ficou definido pela Prefeitura que ela seria uma ZCL 1, o que corresponde com a ZCor 3.

Todavia, apesar de insistirmos nessa manutenção, fomos surpreendidos no sentido de que isso se transformou em ZCor 1, o que restringe muito a exploração comercial e, como ZCor 1, não atende as necessidades daquela população. Vai limitar muito aos pequenos escritórios.

Dessa forma, gostaríamos de reivindicar que os senhores revisassem essa situação, pois ela não vai atender as necessidades, conta com quase que a integridade de concordância das pessoas do local, para que, repito, aquele local, que já foi uma área comercial, voltasse a sê-lo. Não atrapalha ninguém, não interfere no trânsito. É um apelo significativo.

E repito: para contribuir e não só reivindicar, tem estudo muito bem documentado, extremamente documentado e que foi deixado à disposição dos senhores, para que possam consultar. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito bem. Vereador Aurélio Miguel, quer dar alguma mensagem? (Pausa) Vereador Souza Santos? (Pausa) Por último o nosso relator, Dr. Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Os temas são conhecidos. A gente não vai relatar, mas quero mais uma vez agradecer aqui o trabalho que fizemos ao longo desse período. É uma situação extremamente difícil e situação de conflito tão grande. É muito parecida com as situações que temos quando encontramos um doente grave. É muito comum no médico jovem, usar do que conhece e dar uma injeção com a dose que está escrito no caderno onde aprendeu. Essa dose muitas vezes mata o paciente e ao longo de 40 anos da Medicina tive condições de aprender que em situações delicadas nós precisamos de tratar com mais cuidado e com doses um pouco menores do que aquelas aplicadas para cada situação. A contribuição que veio da Estados Unidos foi estendida para a cidade toda. Imaginem os senhores se tivéssemos transformado tudo o que transformamos, quando vocês olharem os mapas com cuidado, a quantidade de área que teve a mesma condição que a Estados Unidos tem hoje e a gente tivesse tido também a pretensão de acertar mais ainda e tratar todos os outros casos que foram tratados de uma vez só na cidade. como poderíamos estar hoje neste momento tratando desse assunto aqui. Poderíamos ter uma situação muito mais delicada. A conduta foi de moderação. Como deve ser em situações como essa, Nós buscamos atender aquilo que

realmente criava um clima de expectativa muito grande, a situação dos prédios caminhando sobre as zonas residenciais. Sentimos a necessidade de proteger as áreas residenciais inúmeras vezes foi dito aqui que tínhamos de salvar as zonas residenciais. É um território pequeno, frágil, não chega a 3% da Cidade. Nós precisamos tratar disso com muito carinho e assim foi feito. Todas as situações que foram colocadas aqui de zonas corredores que não foram contempladas, foram estudadas. Temos até desenhos prontos. Muitas delas nós não colocamos no primeiro relatório, que é um relatório provisório para que pudéssemos sentir qual é a temperatura desse ambiente.

Agora, é possível, com certeza, dar outros passos, avançar um pouquinho mais. Acredito que quase que a totalidade do que ouvimos aqui hoje são pertinentes os pedidos, são absolutamente claros para nós. A situação não é...não tem nenhuma situação que possa ser impeditiva, algumas são muito mais difíceis, mas nada que possa tirar da gente a oportunidade de tratar caso a caso. Temos uma oportunidade ainda na votação do projeto na comissão de política urbana quando então vamos ter um relatório oficial. É talvez um pouco difícil para as pessoas entenderem isso, até porque não existe pré-relatório publicado com essa figura em nenhum regimento interno de nenhuma Câmara do Brasil. Foi uma inovação dessa aqui porque foi feito um acordo com vocês mesmo de que apresentaríamos um pré-relatório e ouviríamos todos vocês. Por isso essas devolutivas que também foi uma inovação do Plano Diretor. Andou bem com as devolutivas. É interessante ouvir de novo, refazer e recosturar. Não temos a pressa de acertar tudo, temos de ter cuidado de acertar o máximo agora. Essa foi a posição que adotamos. É uma forma de trabalhar. Como bom mineiro trabalhar um pouco mais devagar.

Mas, trabalhar muito. Para encerrar quero agradecer muito as pessoas que contribuíram não só tecnicamente, mas com seu esforço pessoal. Deixamos desde o dia 2 de junho quando chegou o projeto aqui todas as nossas atividades privadas e as minhas aqui da casa também. Eu não estou participando da discussão do Orçamento. Estamos (palavra

ininteligível) quase que todos os outros projetos, nós nos afastamos para centralizar da atenção nesse aqui. Eu quero deixar aqui o meu agradecimento muito carinhoso para as pessoas que estiveram conosco aqui à noite, tarde da noite, no sábado à noite, no domingo pela manhã e que vieram trazer contribuições quando a gente teve oportunidade de ligar para que pudessem vir, porque nós precisávamos de apresentar alguma coisa na segunda-feira. Não nos faltou no final de semana, independentemente, da hora que ligamos. Essa Casa é muito grande e é muito triste aos finais de semana, quando a gente fica sozinho aqui, é muito triste.

A presença de vocês aqui nos momentos em que estiveram trouxe muita alegria para a gente. Sentimos que não estávamos sozinhos. Em nenhum momento sentimos que estávamos sozinhos. Esse trabalho é um trabalho da Comissão de Política Urbana, é um trabalho que temos de ter orgulho dele no final. Temos de sair desse processo maiores do que nós entramos. A relação nossa com Parlamento e sociedade. Não vamos esquecer de nada que foi dito. Algumas situações realmente não ficam plenamente atendidas, mas com certeza, vamos buscar um equilíbrio maior daqui até o final. Há um longo período pela frente, mesmo que seja por alguns dias. Não vamos parar e vamos continuar trabalhando para que possamos apresentar mais avanços até o final desse processo. Muito obrigado e agradeço aos Vereadores Aurélio Miguel, ao Souza Santos, que não faltou conosco. Todos eles participaram plenamente e o Presidente que outro dia pela proximidade que estamos tendo cada dia que passa você vai ficando mais tempo junto, mais tempo do que com a família. Fomos visitar uma Secretaria e ele passou um pouco rápido pelo controle de entrada e a moça perguntou onde ele estava indo e ele respondeu que estava indo com o pai dele falar com o Secretário. Ela olhou e falou que o pai dele era jovem. Daí entramos juntos com segurança.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Marcamos as audiências públicas para o sábado dia 28, sábado pela manhã e tarde, na zona Leste e Norte. Vamos ver o local e horário.

Qual vai ser pela manhã ou tarde. Dia primeiro de dezembro, na zona Sul, e dia 2/12, zonas Oeste e Central, dia 11/12, nós faremos uma geral, daí já é reta final antes da segunda votação faremos outra dia 11/12. Esse foi o entendimento com os órgãos que nos acompanham. Quero dizer também que há muita coisa ainda para ser inserida nesse relatório preliminar. Continuamos abertos. Temos atendido a todos. Houve uma crítica de que não atendemos e às vezes encaminham documentos, são vários, mas quem tem telefonado nós temos atendido a todos, verificado. Não há problema nenhum.

Estamos abertos para qualquer coisa que precisarem, estamos juntos. Quero agradecer ao Vereador Aurélio Miguel, principalmente, os presentes aqui Souza Santos, relator pelo trabalho e empenho, a contribuição, a discussão, às vezes alguém nos procura e fala que não quer atender. Temos que discutir, chegar a um bom termo. Se pudéssemos, atenderíamos a todas as reivindicações. Claro que tem hora que não dá, você tem de reunir sete. Por votação quatro votaram a favor, tem de definir por aquela questão que foi aprovado pela maioria e depois vai a plenário e aí são 55 Vereadores. Se os 55 quiserem mudar tudo, podem mudar. Então, temos muito trabalho pela frente. Agradeço a todos.

Estão encerrados os trabalhos.